

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política - IPOL

PAULA ALCÂNTARA ARAÚJO VIEIRA

**INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES:
O EXEMPLO DO PROGRAMA DE GOVERNO “MULHERES
INSPIRADORAS” NAS ESCOLAS DO DF.**

Brasília - DF

2019

PAULA ALCÂNTARA ARAÚJO VIEIRA

INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: O
EXEMPLO DO PROGRAMA DE GOVERNO “MULHERES
INSPIRADORAS” NAS ESCOLAS DO DF.

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Dias
Teixeira

BRASÍLIA - DF

2019

PAULA ALCÂNTARA ARAÚJO VIEIRA

**INOVAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: O EXEMPLO DO
PROGRAMA DE GOVERNO “MULHERES INSPIRADORAS” NAS ESCOLAS DO
DF.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Dias Teixeira

(IPOL/UnB)

Parecerista: Prof. Dr. Aninho Mucundramo Irachande

(IPOL/UnB)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha avó Angelita Francisca de Araújo pela força, apoio e inspiração.

À minha mãe Marly Jean de Araújo Pereira por me apresentar o projeto Mulheres Inspiradoras.

À Gina Vieira Ponte de Albuquerque pela disponibilidade de responder à entrevista, receptividade e atenção.

À minha orientadora Graziela Teixeira Dias pela atenção, cuidado e ajuda na organização do presente trabalho.

Ao SOU - Serviço de Orientação ao Universitário - pela ajuda e direcionamento nesse período final da graduação.

RESUMO

Os dados de violência de gênero têm-se mostrado alarmantes. As políticas públicas para mulheres buscaram solucionar esse problema social por meio de alternativas e estratégias políticas, focadas mais frequentemente na repressão e punição aos perpetradores da violência. Essa pesquisa pretende elucidar quais seriam as estratégias mais eficazes e mais adequadas no novo milênio levando em consideração os contextos particulares em que se desenvolvem as ações governamentais, como o seu público-alvo e as condições histórico-sociais e culturais existentes em determinada realidade. Também pretende-se demonstrar a importância da continuidade de priorização de políticas públicas para mulheres no âmbito federal e local com possibilidades de integração entre essas esferas, assim como discutir as inovações e apoio de organismos internacionais.

Palavras-Chave: políticas públicas, modelos – teóricos, múltiplos fluxos, equilíbrio pontuado, inovação, iniciativas, mulheres, gênero, violência.

ABSTRACT

Data on gender-based violence have been alarming. Public policies for women sought to address this social problem through a range of policy alternatives and strategies, most often focused on repression and punishment of perpetrators of violence. This research aims to elucidate the most effective and appropriate strategies, taking into account the particular contexts in which governmental actions affects their target audience and the influence of historical-social and cultural conditions existing in a given reality. It also intends to demonstrate the importance of the continuity of prioritization of public policies for women at the federal and local level and also discuss innovations and support from international organizations.

Keywords: policies, women, violence, gender, multiple streams, punctuated equilibrium, initiatives, innovation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ciclo de políticas públicas.....	4
Figura 2. Professora Gina Vieira com os alunos de Ceilândia.....	43
Figura 3. Gráfico que demonstra a adesão de escolas ao programa Mulheres Inspiradoras ao longo do tempo.....	50
Figura 4. Gráfico que apresenta o número de escolas que aderiram ao projeto/programa por ano.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de feminicídios ocorridos no DF.....	27
Tabela 2 – Tentativas de feminicídio no DF.....	28
Tabela 3 – Número de escolas que aderiram ao projeto a cada ano.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características e funções dos Empreendedores Políticos.....	16
Quadro 2 – Apresentação do marco lógico.....	48

LISTA DE ABREVIações

AMB – Articulação das Mulheres Brasileiras

CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas

CEF – Centro de Ensino Fundamental

CEJIL – Centro para a Justiça e o Direito Internacional

CLADEM – Comitê Latino – Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

CNDM - Conselho Nacional Dos Direitos da Mulher

CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais

COOAFESP – Coordenação de Análise de Fenômenos de Segurança Pública

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

DF – Distrito Federal

EAPE – Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

EUA – Estados Unidos da América

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPD – Conferência Internacional de População e Desenvolvimento

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

SEDF – Secretaria de Educação do Distrito Federal

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

SSPDF – Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - Políticas Públicas	4
1.1 – Definições e Ciclo de Políticas Públicas	4
1.2 - Inovações em políticas públicas	6
1.3 – Papel das ideias e empreendedores políticos	9
Capítulo 2- Histórico de políticas públicas para mulheres no Brasil	17
Capítulo 3 – Violência de gênero nas esferas privada e pública	24
3.1 – Dados	27
Capítulo 4 – Referencial teórico de autoras feministas	29
Capítulo 5 – Feminismo atual brasileiro (2000 – 2019)	34
Capítulo 6 – Projeto Mulheres Inspiradoras	39
Capítulo 7 – Resultados	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	65
Entrevista com Gina Vieira Ponte de Albuquerque	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abarcar a questão da mulher, especialmente a violência contra as mulheres e a desigualdade de gênero histórica e cultural. Após esse quadro, objetiva-se trazer à luz inovações em políticas públicas de gênero.

O objetivo deste trabalho é analisar como vem ocorrendo o processo de implementação da política intitulada “Mulheres Inspiradoras” no Distrito Federal.

O desenho da política pública traz inovações em seu conteúdo e forma, o seu método caracteriza-se por discussões em sala de aula acerca de obras literárias de autoria feminina, trazendo para a dinâmica escolar discussões sobre as histórias e narrativas de mulheres.

Considera-se no processo de retomada da bibliografia já existente, apresentar historicamente o desenvolvimento das políticas públicas para mulheres. Além disso, a fundamentação teórica de autoras da discussão feminista pretende elucidar conceitos e relacioná-los à vida cotidiana e atual.

A importância do trabalho justifica-se pela necessidade de maior compreensão acerca dos processos e dinâmicas que levam políticas públicas a prosperar, nos mais variados campos, em especial, esse trabalho pretende focar a esfera de políticas públicas de proteção à mulher na sociedade. Assim como, pela importância de entender e apresentar os processos de iniciativas da sociedade civil que visam desconstruir padrões de machismo e sexismo na conjuntura político – social atual.

A justificativa do tema se dá pela notável quantidade de dados que evidenciam as situações de desigualdade de gênero e violência de gênero, traduzindo essa situação em uma problemática social complexa e recorrente.

A metodologia utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica, estudo de caso da política pública “Mulheres Inspiradoras” e entrevista com a idealizadora do projeto.

Este trabalho está dividido em sete capítulos. O primeiro trata sobre as definições mais usuais de políticas públicas e sobre o seu ciclo pragmático e cronológico de implantação. Seguidamente, apresentam-se os modelos teóricos

sobre o processo de inovação em políticas públicas, com ênfase sobre os mecanismos de disseminação dessas políticas, por meio dos processos de difusão ou de determinantes internos. Objetiva-se também apresentar os modelos teóricos acerca da agenda política e da formulação de políticas públicas, focando a importância dos conceitos de papel das ideias e de empreendedor político desenvolvidos nesses modelos.

O segundo capítulo refere-se ao histórico de políticas públicas para mulheres desenvolvidas pelo Estado brasileiro. Objetiva-se contextualizar a violência contra as mulheres, a partir da ótica feminista de desigualdade entre os sexos e da estrutura do patriarcado. Assim como, demonstrar a importância do movimento feminista, ONGs e organizações da sociedade civil para a criação e propagação de políticas públicas para mulheres.

O terceiro capítulo pretende apresentar as relações causais entre violência de gênero e desigualdade de poder e de cidadania entre os sexos e trazer a discussão do referencial teórico de autoras que estudam a violência contra as mulheres no âmbito político, evidenciando o caráter social das representações de gênero, como algo difuso entre os diversos níveis de organização social.

Seguidamente a isso, apresentam-se dados que evidenciam o caráter urgente de necessidade de ação política em várias frentes: educacional, cultural, legislações para o combate à violência contra mulheres. Dados evidenciam a violência fundada sobre a desigualdade econômica, política, legal entre homens e mulheres.

O quarto capítulo apresenta o referencial teórico de autoras feministas que deram início à discussão e ao questionamento acerca de questões e desigualdades tidas como naturais e fixas. Promovendo o debate e a reformulação de concepções.

O quinto capítulo resume as novas configurações do movimento de mulheres e feminista na sociedade atual, as novas pautas e reivindicações, sem relegar a segundo plano as pautas antigas que ainda se mostram necessárias de avanços.

O sexto capítulo apresenta o projeto “Mulheres Inspiradoras”, seu histórico e origem. Apresenta cronologicamente o processo de desenvolvimento e expansão do projeto em programa de governo.

O sétimo capítulo descreve os resultados da política pública “Mulheres Inspiradoras” e relaciona os critérios observados na evolução do projeto/programa com a literatura e as teorias apresentadas.

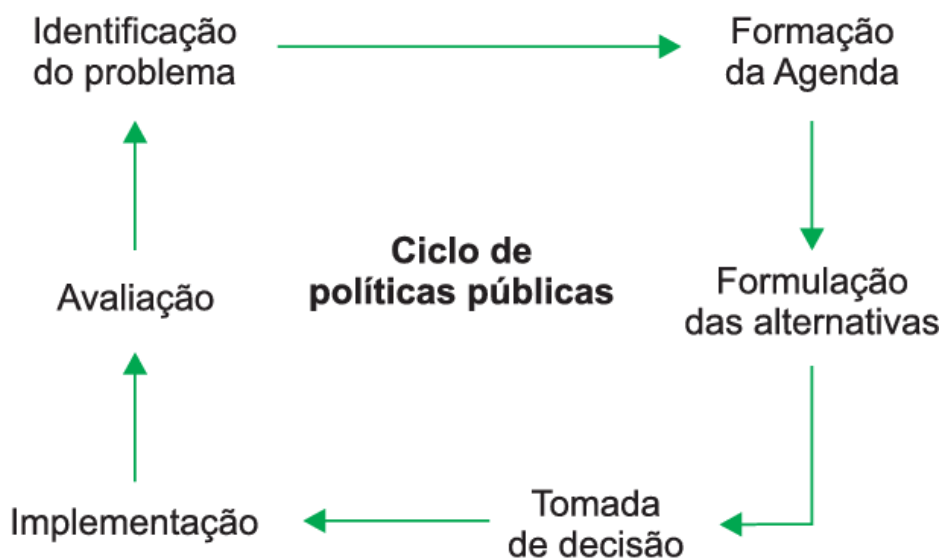
Capítulo 1 - Políticas Públicas

1.1 Definições e ciclo de políticas públicas

O conceito de Políticas Públicas ainda busca sua definição na ciência política brasileira, muitas vezes elas são definidas como estratégias e ações governamentais formuladas para solucionar determinado problema social. Januzzi (2016, p.16) define política pública como “o conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado em busca da solução de um problema ou da promoção de um objetivo comum desejado pela sociedade”. Segundo Januzzi, os programas públicos são instrumentos operacionais pertencentes à lógica das políticas públicas (JANUZZI, 2016, p.16).

Os programas sociais constituem-se em um conjunto de atividades direcionadas a promover um objetivo social comum e lidar com uma problemática social geral ou vivenciada por grupos específicos (ROSSI et al., 2004 apud JANUZZI, 2016, p.15). Assim, os programas diferenciam-se das políticas públicas por serem menos complexos que elas e mais complexos que um projeto (JANUZZI, 2016, p.16). As políticas públicas, muitas vezes são entendidas como multidisciplinares por envolver uma gama de diferentes frentes de ação.

Figura 1. Ciclo de políticas públicas.



Fonte: Secchi, 2012.

Entende-se o ciclo de políticas públicas como uma perspectiva pragmática que envolve as seguintes etapas: (a) identificação do problema, (b) formação da agenda, (c) formulação de alternativas, (d) tomada de decisão, (e) implementação, (f) avaliação. (FRITZEN; HOWLETT; RAMESH; WU, 2014, p.21).

No contexto de definição da agenda, as questões sociais são múltiplas e por uma questão de tempo e recursos limitados, é necessário que haja uma decisão acerca de quais problemas serão priorizados e adentrarão a agenda política. Assim, os gestores públicos estão em posição de determinar quais problemas devem ser escolhidos para um tratamento e formulação de estratégias de atuação. Os gestores podem, até, identificar quais questões são mais relevantes, antes que elas passem à posição de problemas. (FRITZEN et al., 2014, p.22).

A formulação de políticas públicas é um curso a ser tomado quando os gestores se deparam com problemas sociais que adentraram a agenda política. Esse processo envolve o desenvolvimento de alternativas que mais se adéquem à resolução do problema determinado. Nessa fase as ideias são muito importantes. A janela de oportunidades criada para a resolução de um problema deve ser aproveitada, pois as condições que possibilitaram a sua abertura podem se alterar novamente com o decorrer do tempo ocasionando o seu fechamento (KINGDON 2003 apud CAPELLA, 2007, p.96).

O fato da celeridade dos momentos de oportunidade política também pode criar pressões sobre os decisores e levar a más decisões, que não incluam, por exemplo, a perspectiva e capacidade orçamentária do Estado para resolução de determinado problema. O mau desempenho na etapa de planejamento e formulação de uma política pública pode acarretar custos altos não planejados, frustrando expectativas da comunidade o que ocorre, por exemplo, quando dificuldades de implementação não são previstas corretamente (FRITZEN et al., 2014, p.22,23).

A tomada de decisão envolve o entendimento de que o tempo e os recursos são limitados. Portanto, os indivíduos ou grupos oficialmente autorizados decidem por priorizar determinado problema e postergar/adiar a solução de outros. Isso influencia no curso de políticas públicas já desenvolvidas e na construção daquelas que ainda não existem. Os autores (FRITZEN et al., 2014, p.23) consideram que além dos gestores de nível sênior:

Os gestores públicos em níveis relativamente mais baixos da escala administrativa também podem desempenhar um papel significativo na

formação de decisões, fornecendo perspectivas interessantes sobre viabilidade administrativa, um critério fundamental para a tomada de decisão.

A implementação de políticas públicas é uma fase chave no processo de políticas públicas. A partir da avaliação dos autores (FRITZEN et al., 2014, p.24), considera-se que:

As políticas públicas decididas na esfera política são frequentemente abrangentes e vagas, deixando detalhes cruciais a serem trabalhados pelos agentes públicos. Além disso, o fato de que os gestores públicos (e os órgãos aos quais eles servem) possuem ordens para executar certas políticas públicas não significa que os recursos necessários para a implementação e o apoio dos principais *stakeholders* estejam garantidos.

Assim, a falta de um desenho de política claro e objetivo ou até mesmo a diferença entre o desenho da política pública e os recursos disponíveis para programá-la e implementá-la produz desníveis entre o imaginado e o concreto consolidando um obstáculo a ser superado.

A avaliação de políticas públicas é uma etapa valiosa, pois envolve a percepção do quadro de eficiência (relação custo-benefício), efetividade (impactos à longo prazo e amplos no que se refere a público e níveis sociais alcançados) e eficácia (cumprimento de objetivos) de determinada política pública, assim como reconhecimento de seus pontos fracos e inconsistências (JANUZZI, 2016, p.46). O acesso aos dados sobre a performance de uma política pública permite que gestores públicos ocupem espaço privilegiado em relação a outros atores nesse conjunto de atividades pois oferece-lhes oportunidades de participação no processo de definição de agenda política, formulação ou adequação de políticas públicas (FRITZEN et al., 2014, p. 24).

1.2 - Inovações em políticas públicas

Os autores Berry e Berry defendem que apesar de as mudanças incrementais - aquelas que modificam parcialmente programas ou práticas já existentes - serem a maioria em políticas públicas, para que elas acontecessem foi preciso que em algum momento uma mudança não-incremental – ou uma inovação – ocorresse (BERRY; BERRY, 2007, p.223).

O conceito recorrente na literatura de inovação em políticas públicas envolve a situação em que um governo local adota um programa social que já existe

em outras unidades administrativas, por conseguinte o conceito engloba a noção de adoção de ações coordenadas que são novas para determinado local. Os autores contestam que ao adotar essa concepção a literatura não foca no processo criativo de invenção de políticas públicas (BERRY; BERRY, 2007, p.223).

Os autores explicam que há dois modelos recorrentes que explicam a adoção de uma inovação por outro estado em um modelo federativo como o estadunidense: o modelo de determinantes internos e o modelo de difusão. (Berry and Berry, 1990). O modelo de determinantes internos classifica os fatores que interferem na adoção de políticas inovadoras como: as características políticas, econômicas e sociais intrínsecas ao estado ou unidade federativa. Nesse modelo, não se considera a possibilidade de um estado ser influenciado pelas ações de outro estado (BERRY; BERRY, 2007, p. 224).

Por outro lado, os modelos de difusão classificam as novas adoções de políticas como intergovernamentais, ou seja, as enxergam como emulações de políticas desenvolvidas em outros estados. Explicita-se a origem dos modelos na passagem “Esses modelos foram introduzidos aos cientistas políticos pelo estudo seminal de Walker (1969)” (BERRY; BERRY, 2007, p.224).

Difusão é um conceito definido como “o processo pelo qual uma inovação é comunicada por meio de certos canais ao longo do tempo entre os membros de um sistema social” (ROGERS 1983 apud BERRY; BERRY, 2007, p.225). As explicações causais acerca do porquê alguns estados emulam os outros envolvem três fatores: aprendizagem, competição e pressão para se conformar a padrões.

A aprendizagem compreende a noção de que as unidades federativas adotam inovações que se mostram efetivas para lidar com determinada situação social, reduzindo assim os custos decisoriais e simplificando o processo que engloba problemas e decisões complexas. No contexto estadunidense, os estados também podem competir entre eles, no sentido de conseguir uma vantagem econômica ou evitar ficar em desvantagem. A pressão exercida sobre os estados pode ser constatada quando a maioria dos estados apresenta determinada política. (BERRY; BERRY, 2007, p.225).

O processo de adoção de novas ideias em um sistema político pode ocorrer a partir de um líder de opinião ou de vários líderes de opinião em um determinado reduto territorial. Rogers afirma que é mais fácil que se adotem novas ideias

políticas quando o interlocutor que as apresenta possui um alto grau de similaridade ou compatibilidade com o ouvinte, ou seja, partilhar de experiências sociais, culturais e materiais parecidas, depreende-se também que os valores e crenças seriam importantes (ROGERS, 1995, p.224).

Essa conclusão também pode ser aludida às unidades de federação, no sentido de ser mais provável que elas adotem modelos que já tenham sido aplicados em outros contextos com atributos como: população, indicadores econômicos, demográficos, problemas sociais, e outros semelhantes aos seus (VOLDEN, 2006 apud BERRY; BERRY, 2007, p.231).

As características dos líderes políticos bem como as características da população base, que irá substancialmente apoiar ou rejeitar a ideia, são fatores determinantes para a adesão de certa inovação de política pública em determinado reduto eleitoral. Os autores descrevem os líderes de opinião como aqueles que possuem mais acesso à informação e às inovações, são cosmopolitas e possuem contato com a população e, com isso, podem promover a adesão ou rejeição de certas ideias (ROGERS 1983; CYERT e MARCH 1963; BERRY 1984 apud BERRY; BERRY, 2007, p.234).

É importante notar que os fatores que mais influenciam determinada política ser aceita, dependem de qual política em questão se discute e de quais são as características dos possíveis adotantes. Por exemplo, em uma cidade carente de saúde pública, modelos que visem o apoio à saúde da população podem ter mais probabilidade de serem aceitos em contraposição a cidades que tenham bons indicadores numéricos em relação à saúde pública.(BERRY; BERRY, 2007)

No fim, os determinantes internos – contextuais - e sociais importam muito. Importa também como e por quais redes de informação e transmissão essa ideia política chegou à cidade e quais são os interesses envolvidos na adoção ou rejeição dela, privados e públicos. Assim, uma análise caso a caso seria mais adequada para entender os diversos possíveis desdobramentos de uma decisão pública em determinado lugar. Tendo isso em mente, de maneira geral pode-se afirmar que os determinantes internos são muito relevantes para a adoção ou rejeição de certa política pública, ou seja, as características endógenas e também ideológicas de um município selecionam e filtram os melhores caminhos a serem seguidos pelos dirigentes políticos.

1.3 - Papel das ideias e empreendedores políticos

O papel das ideias refere-se às inovações das ideias em políticas públicas, que podem ser fomentadas por diversos setores da sociedade como: movimentos sociais, teóricos da academia, tecnicistas, especialistas, empreendedores políticos e etc. O processo de formulação das ideias é importante por ser o primeiro passo para a transferência e disseminação das políticas públicas. Para Kingdon, no seu modelo de múltiplos fluxos, as ideias são mais importantes para escolha de uma alternativa, do que o papel dos grupos de pressão, por exemplo (KINGDON 2003 apud CAPELLA, 2007, p.92).

O modelo de múltiplos fluxos de Kingdon (2003) percebe o papel das ideias como produto teórico e intelectual promovido por setores específicos da sociedade. A partir dessas ideias geradas pela comunidade acadêmica, servidores públicos de carreira, pesquisadores e outros atores e aceitas pela comunidade; e a partir da comprovação de sua viabilidade técnica, demonstrada por custos toleráveis e benefícios palpáveis e reais, cristalizam-se e viabilizam-se as soluções (KINGDON 2003 apud CAPELLA, 2007, p.87-95, 98).

No modelo de Kingdon, então o fluxo de política ao convergir receptivamente ao fluxo de problemas pode então gerar uma oportunidade de mudança na agenda política, concretizada por janelas de oportunidade de políticas e assim há a possibilidade de aproveitamento da convergência dos fluxos pelos empreendedores políticos sinalizado pelo fluxo de soluções; consegue-se propulsão para as inovações por meio da argumentação de ideias (KINGDON 2003 apud CAPELLA, 2007, p.87-99).

Capella (2013, p.3-4) busca elucidar o papel dos empreendedores de políticas públicas à luz dos modelos teóricos relacionados à análise de políticas públicas. A partir desses modelos, entende-se o papel dos empreendedores políticos em duas frentes: defesa das ideias, propostas, concepções e alternativas relacionadas a uma política pública (*policy advocacy*) e a iniciativa de inovação e mudança nas políticas públicas (*policy change*).

Capella (2013, p.2) a partir das ideias de Schumpeter (1982) estabelece que a noção de um indivíduo empreendedor está relacionada com o conceito de inovação, que significa “fazer as coisas de forma diferente”, então o

“empreendedor(...), com suas motivações, capacidade e imaginação, percebe oportunidades para a inovação”(CAPELLA, 2013, p.2) e as materializa.

O curso da política pública também é influenciado por outros fatores, como o momento político - dentro do ciclo eleitoral - em que determinada política é adotada. Devido à questão de os decisores políticos sofrerem constrangimentos no momento da escolha em adotar uma política, os custos dessa decisão geralmente são levados em conta. Então, os gestores buscam dispor de recursos que os ajudem a superar os obstáculos de uma iniciativa política e juntamente a isso preocupam-se que o governo seja avaliado positivamente pelos eleitores para assim, manter-se no poder, por meio do voto. Há também outros fatores como: capacidade de financiamento da política, posição ideológica dos atores envolvidos, relações Executivo-Legislativo e proximidade geográfica que influenciam no curso da política em sua adesão e difusão e que, possivelmente, são levados em conta pelos empreendedores políticos e gestores (COÊLHO, 2016, p.149).

Logo, o papel das ideias é muito importante, porém não é suficiente para garantir as mudanças institucionais duradouras, a sustentabilidade da política pública e o processo de sua difusão ao longo do tempo. Para que isso ocorra é necessário que haja um ambiente político favorável - *national mood* no modelo de Kingdon (2003) -, opinião pública favorável, instituições fortes, boa situação fiscal e econômica, apoio orçamentário do Estado, engajamento dos atores envolvidos e que a política pública obtenha bons resultados para que seja duplicada em outros governos (KINDGON 2003 apud CAPELLA 2007, p.93). Kingdon expressa em seu modelo que os empreendedores não dominam os mecanismos de mudança, antes tais dispositivos são influenciados por acontecimentos e eventos externos e pela estrutura política do que pela intenção de um único indivíduo (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, p.491, 2016).

Também é necessário que haja liberdade de discussão e debate sobre outros pontos de vista acerca do mesmo problema e espaços de participação democrática possibilitando a multiplicidade de opiniões e perspectivas e evitando o monopólio de determinada visão política que atenda somente a interesses minoritários ou privados na sociedade, dinâmica explicitada pelo modelo de equilíbrio pontuado de Baumgartner e Jones (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA, 2007, p.112-113).

A partir da análise dos modelos, outros fatores devem ser levados em conta como ambiente político. A disputa pelo monopólio de uma determinada visão política, no modelo de equilíbrio pontuado, é considerado um momento de luta política. Há disputa e embate entre os grupos e coalizões para que haja o controle sobre o monopólio de uma visão homogênea e de uma imagem da política favorável - *policy images*. (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA, 2007, p.112-114).

Tal embate ocorre pela própria natureza da política democrática que se caracteriza por recursos finitos e múltiplos interesses, caracterizando-se assim pelo dissenso. Então, é interessante para os gestores e defensores da política que houvesse o mínimo de consenso acerca da política pública para garantir a sua continuidade. Logo, é de interesse dos formuladores de políticas e dos empreendedores políticos promover a disseminação de suas ideias a partir da argumentação em diversificados fóruns e espaços (CAPELLA, 2016, p. 491- 493).

É também de interesse das coalizões e grupos de pressão, dispor do monopólio da política no macrossistema - segundo conceitos do modelo de equilíbrio pontuado - e detenção da manutenção do status quo de determinada política, ou seja, a sua consolidação, para que os custos dispensados sejam superados pelos benefícios e a política logre resultados (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA, 2016, p.492). Por outro lado, para garantir o aprendizado almejado pelo modelo de coalizões de defesa e a evolução das ideias, deve-se proteger o debate como valor democrático, deve-se buscar a pluralidade e a diversidade de representações e narrativas.

Acerca do papel das ideias, apesar de os estudiosos divergirem sobre a sua definição de um ponto de vista metodológico, há um entendimento compartilhado de que as ideias apresentam-se como argumentos em defesa de percepções de mundo (MAJONE, 1989; FISCHER e FORESTER, 1993; JOHN, 1999; FARIA, 2003 apud CAPELLA, 2013, p.4).

Então, os autores que discutem o papel das ideias destacam: o discurso, a interpretação, a representação simbólica e do conhecimento, relacionando esses elementos ao sucesso da defesa de uma ideia, baseando-se no pressuposto de que as ideias se difundem por meio da argumentação e persuasão em diversos fóruns. (CAPELLA, 2013, p.4)

Portanto, entende-se que a formulação de políticas públicas estaria mais próxima do desempenho da argumentação e da importância da linguagem do que do desenvolvimento de técnicas racionais de resolução de problemas. (CAPELLA, p.4, 2013).

Assim, a partir do estabelecimento do papel das ideias, torna-se compreensível o foco na atuação da empreendedora política, assumido nos estudos recentes. Pois, gerar ideias, disseminá-las e defendê-las compõem suas funções essenciais. (CAPELLA, p.4, 2013).

Os modelos teóricos apresentam diferenças no modo de compreensão da atuação do empreendedor político. Partindo do modelo de múltiplos fluxos, Kingdon (2003), os empreendedores são agentes - indivíduo ou pequeno grupo de pessoas - centrados na advocacia de uma ideia. Esses atores, presentes dentro ou fora do governo, despendem recursos como: tempo, energia, recursos financeiros, renome para defender determinadas propostas sob a possibilidade de ganhos futuros (concretos e pessoais ou simbólicos, associados à promoção de valores ou ideologias), esse comprometimento envolve riscos porque os empreendimentos possuem resultados e consequências variáveis e contingentes. (CAPELLA, p.4 e 8, 2013).

Kingdon (2003) resume três características observadas em um empreendedor: indivíduos que possuem renome, reputação ou crédito frente a uma audiência, ou seja, apresentam legitimidade devido à especialidade em um assunto – expertise - são hábeis comunicadores ou ocupam posição privilegiada no processo decisório. A segunda característica refere-se a conexões políticas e capacidade de negociação. Por último, a persistência é entendida como característica fundamental para a ação do empreendedor, pressupondo-se o comprometimento de grande alocação de recursos pessoais. (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, p. 4, 2013).

Enfim, o modelo de Kingdon expressa que o empreendedor político é aquele que tem senso de *timing* e que nota o momento de oportunidade de convergência dos três fluxos (problemas, alternativas e política), sobretudo, é aquele capaz de avaliar os fatores externos e tomar posições mais adequadas para cada momento do processo político para então conectar problemas a soluções (CAPELLA, p.491, 2016). Outra função relevante das empreendedoras políticas

consiste em, no momento do fluxo de alternativas, demonstrarem que a sua ideia, solução é a mais adequada no tratamento de um problema.

O modelo de equilíbrio pontuado de Baumgartner e Jones (1993) almeja entender os processos de ruptura e estabilidade em um sistema político e conceitua o empreendedor como aquele que compreende a importância das ideias e as impulsiona de modo a persuadir os demais atores positivamente a uma questão (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA 2013, p.4). O papel do empreendedor político no modelo de Baumgartner e Jones (1993) consiste em duas frentes: institucional – formulação e sustentação de um monopólio de política (*policy monopolies*) e simbólica – promoção de imagens (*policy images*) que visibilizem o conjunto de ideias entremeadas na política (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA, p.491, 2016).

O monopólio de políticas consiste na manutenção de um conjunto de ideias e valores acerca das práticas institucionais referentes a uma determinada política. Assim como apresenta um agrupamento de uma noção compartilhada acerca dos processos, símbolos e relações causais que devem prevalecer no tratamento de um problema. Os monopólios caracterizam-se por restringir a entrada de novas questões na agenda governamental. Portanto, as mudanças nas políticas ocorrem a partir do processo de ruptura de um monopólio. Para os autores Baumgartner e Jones, o monopólio de políticas – a partir do momento em que um problema adentra a agenda governamental - é do interesse dos atores envolvidos no processo de promoção de alguma política específica, como formuladores, decisores, empreendedores políticos e etc. Tal quadro dá-se devido ao sentimento de evitar conflitos e de buscar a estabilidade em um sistema político, visto que o debate demanda energia e atualização constante das pautas importantes para determinada questão/problema (BAUMGARTNER E JONES 1993 apud CAPELLA, p.492, 2016).

Logo, para o modelo de equilíbrio pontuado, uma das principais funções do empreendedor envolve a estruturação e reestruturação de questões, ou seja, a formulação e estabilização de uma determinada expressão simbólica da política, de modo a buscar o suporte de uma questão juntamente a diferentes grupos, desestruturar o monopólio de política e viabilizar a introdução de determinados assuntos na agenda política. Outro ponto importante é que os empreendedores procuram arenas institucionais favoráveis em que possam discutir e espalhar suas

ideias, ou seja, onde uma ideia pode encontrar adeptos e florescer. Afirmando a possibilidade de modificação das estruturas institucionais que mantêm o equilíbrio de uma política pública ou de um sistema de valores e favorecendo a comutação em uma nova política pública (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA p.4 e 7, 2013; p.492, 2016).

A defesa das ideias para levar à frente alguma política consiste na primeira atividade dos empreendedores ou empreendedoras. Resumidamente, Capella (p.5, 2013) descreve as atividades dos empreendedores de políticas, envolvendo os dois modelos como a:

Definição dos problemas, estruturação dos termos do debate acerca de uma política, oferecendo alternativas para seu encaminhamento; estabelecimento de contatos com diferentes grupos, o que permite ao empreendedor circular dentro de uma comunidade de políticas e para além de seus limites; e, finalmente, a busca de bases institucionais de apoio para suas ideias.

A definição de um problema envolve a mudança de percepção de importância e urgência de determinada questão para que se ensejem ações concretas por parte do poder público. Para Kingdon (2003), essa transformação de percepção se dá pela apresentação de dispositivos que estabeleçam valores e comparações (KINGDON 2003 apud CAPELLA, p.5, 2013). No modelo de equilíbrio pontuado, essa mudança se dá por meio de imagens que comunicam as concepções compartilhadas em relação a uma política pública (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA, p.5, 2013).

Desse modo, percebe-se o componente perceptivo e interpretativo envolvido no processo de promoção de uma questão para um problema que mereça atenção, recursos e disponibilização da esfera pública. Esse processo envolve também a elaboração de “representações estratégicas sobre uma determinada situação” (CAPELLA, p.5, 2013). Nota-se o papel da sociedade e da opinião pública para a pressão política e construção de alternativas para lidar com um problema.

Compreende-se que o empreendedor auxilia a evidenciar aspectos de uma determinada questão/problema e a colocá-la em discussão. O empreendedor também apresenta possíveis soluções ou alternativas para determinado problema. Pois, constituem-se tarefas de igual importância: identificar e apresentar o problema e as soluções (CAPELLA, p.6, 2013).

Outra característica importante do empreendedor é a difusão de suas ideias, fase entendida como complexa pois entende-se que a estabilidade das noções e convicções nas comunidades políticas e nos subsistemas oferecem obstáculo à introdução de novas ideias – o que se verifica nos arranjos institucionais que apresentam monopólios de políticas (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA 2013). No modelo de Kingdon, esse processo é explicado pela expressão *soften up* quando os empreendedores testam a receptividade das ideias junto a diferentes grupos - políticos e comunidade em geral (KINGDON, 2003 apud CAPELLA 2013).

Assim, nos dois modelos está presente a ênfase na interação dos empreendedores de políticas com diferentes comunidades e instituições, almejando o suporte a suas ideias referentes ao entendimento sobre um problema e a um grupo de intervenções propostas. Nessa dinâmica, o empreendedor não só apresenta as suas ideias com a intenção de efetivar convencimento, mas também aprende como determinadas questões são percebidas em diferentes fóruns, assim, acumula conhecimento sobre as maneiras mais favoráveis de apresentar uma questão e estabelecer um problema (CAPELLA, p.6, 2013). Adicionalmente, os empreendedores também aumentam sua visibilidade, o que pode atuar como variável importante para o aumento de sua legitimidade como elaborador e defensor de propostas.

Outro aspecto importante da empreendedora política é a atuação como proponentes de inovação em políticas públicas. Kingdon (2003) e Baumgartner e Jones (1993) em seus modelos consideram a mudança em políticas públicas. Kingdon (2003) entende a que a mudança pode ocorrer na etapa pré – decisória – introdução de um problema na agenda política- e, a partir desse momento as novas estratégias de implementação das alternativas se dá de modo incremental. Baumgartner e Jones (1993) entendem que o sistema político é baseado pela estabilidade e pelo incrementalismo, porém eventualmente uma mudança em política pública pode apresentar-se de modo disruptivo, rompendo o conhecido estado das coisas, então, pretendem explicar esses dois momentos a partir da teoria do equilíbrio pontuado (KINGDON 2003, BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA, 2013).

Em ambos os modelos, a atuação do empreendedor encontra-se estreitamente relacionada à explicação acerca dos momentos de rápida mudança no ciclo político (CAPELLA, p. 7, 2013). Também nos dois modelos, os empreendedores estruturam e inserem-se em redes sociais que envolvem grupos, comunidades, associações e organizações, possivelmente aglutinando pessoas que compartilham valores e podem garantir a efetuação de mudanças, favorecendo a entrada de questões/problemas na agenda política – o que se relaciona com o modelo de coalizões de defesa de Sabatier e Jenkins-Smith (1993). Segundo a autora “os empreendedores não são indivíduos atomizados, pelo contrário, estão (e necessitam estar) inseridos em redes sociais” (CAPELLA, p.8, 2013).

O seguinte quadro pretende resumir os principais pontos apresentados por Kingdon (2003) e Baumgartner Jones (1993) a partir da leitura dos artigos de Capella (2013, 2016).

Quadro 1. Características e funções dos empreendedores políticos.

	Características e funções dos Empreendedores
Modelo de Múltiplos Fluxos	Expertise em determinado assunto, habilidade na comunicação ou posição formal decisória. Capacidade de negociação. Persistência. Enxerga a janela de oportunidades caracterizada pela convergência dos fluxos de problemas e de política e estabelece o fluxo de soluções.
Modelo de Equilíbrio – Pontuado	Persuasão, busca de suporte de outros grupos. Buscam e integram arenas favoráveis à discussão e legitimação de suas ideias. Inserem-se em redes; de forma a desbalancear o equilíbrio e promover a mudança

Elaboração: Autora

Capítulo 2 - Histórico de políticas públicas para mulheres no Brasil

A construção de políticas públicas com enfoque sobre gênero obteve influência dos trabalhos e mobilizações dos movimentos feministas nacional e internacional. As políticas públicas que buscavam dirimir e combater a violência de gênero começaram a surgir com mais notoriedade a partir de 1980 e se proliferaram com a redemocratização do país. Nos anos 80, despontou também uma onda de estudos feministas que abriu espaço e proveu as bases para a criação simultânea de serviços públicos especializados e leis particulares de combate à violência contra mulheres. (BANDEIRA, 2019, p.293).

O surgimento de políticas públicas especificamente direcionadas às mulheres e à sua proteção apresenta como parâmetro inicial o entrelaçamento com o pensamento feminista, movimentos, ONGs e mobilizações progressistas internacionais e nacionais (BANDEIRA, 2019, p.293).

Essa mobilização ocorreu concomitantemente ao momento em que a produção literária feminista internacional pretendia questionar os significados atrelados ao aparato sexual/biológico atribuídos socialmente a cada um dos gêneros. Por meio dessa lógica anterior, explicava-se a desigualdade e a hierarquização entre os sexos, tomando-as como naturais. Tal interpretação limitava e restringia a liberdade da mulher e também a do homem, ao atribuir papéis de gênero fixos e cristalizados a cada um dos sexos. E também posicionava as mulheres em posição hierárquica inferior em relação aos homens. Essa discussão e questionamentos surgiram a partir das discussões feministas internacionais, entendidas como a segunda onda feminista - a partir de 1960 (BANDEIRA, 2019).

A discussão das autoras feministas nessa segunda onda do feminismo permitiu, então, desvincular a discussão sobre a desigualdade entre os sexos do âmbito biológico e inscrevê-las na história e nas relações sociais significadas e estereotipadas entre os sexos. (BANDEIRA, 2019, p.293).

A noção de gênero surge, então, como um termo significativo epistemológico fundamental e para a desconstrução e melhor demonstração da abrangência do conceito relacionado à vida social. O advento do termo gênero possibilitou não só uma alternativa à associação entre feminino e submissão e/ou fragilidade e analogamente masculino com força e dominação, mas também um

melhor entendimento acerca do porquê de historicamente esses atributos terem sido atrelados a cada um dos sexos. Muitas vezes, essa construção histórica e social foi utilizada para justificar preconceitos e desigualdades como também manter o status quo (MATOS; PARADIS, 2014, p.61).

É pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência de gênero ser pautada pela alteridade entre os sexos e apresentar-se como distinta de outras violências. (BANDEIRA, 2019, p.294). Devido à questão de que tal violência não é perpetrada entre pessoas que se comunicam e se relacionam como pares em uma determinada esfera de convívio, e não é perpetrada da mesma forma que se estabelece a violência urbana, por exemplo, entre quem se encontra em uma classe social mais baixa e busca a partir da violência bens materiais de classes mais abastadas.

É, portanto, uma violência estabelecida que foi aprendida e posteriormente naturalizada. O bem 'material' que se busca é o poder em si, muitas vezes, sob a forma escusa de moralidade ou "defesa da honra", termo que atualmente não é mais reconhecido oficial e juridicamente. A violência age no sentido de comunicar que aquela hierarquia e o poder exercido sobre a outra pessoa não devem ser questionados (BANDEIRA, 2019).

Nas discussões encontradas na teoria sociológica clássica, principalmente em Weber percebe-se que há o atrelamento entre Estado, violência e controle social. Ou seja, o Estado possuiria o monopólio legítimo da violência para controle social, para manejar desordens sociais e proteger a propriedade privada. Essa lógica está inscrita também nas relações domésticas e se reproduz nelas a partir da superestrutura cultural e discursiva patriarcal (BANDEIRA, 2019).

A violência de gênero é caracterizada por ser interpessoal e por ser marcada por dissimetrias de poder, e que, no geral, ocorre entre homens e mulheres com algum vínculo, seja no âmbito privado – doméstico - ou na esfera pública, basicamente em espaços relacionais. (BANDEIRA, 2014, p. 294).

Na sociedade moderna, as mulheres estão sujeitas a serem vítimas de violências: físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais. Bandeira (2014) entende que essas ações violentas existem derivadas das relações assimétricas de poder presentes no cotidiano das pessoas e que historicamente essa desigualdade

impôs aos corpos femininos a condição de estarem na posição de alvo dessas violências.

Assim, a partir dos anos 80, a questão da violência intrafamiliar contra a mulher constituiu-se como uma das principais pautas do movimento feminista nacional. Tal fato possibilitou, não só a participação da academia e do ativismo mas também a ampliação do diálogo para outros setores da sociedade como: núcleos de pesquisa, ONGs, e etc. Outros desdobramentos do movimento feminista também ocorreram como: a instituição de um campo de estudos direcionado às mulheres na esfera das ciências sociais e a criação de disciplinas, cursos, fóruns acadêmicos e grupos de trabalho que contribuíram e influenciaram para o desenvolvimento de políticas públicas mais responsáveis e consistentes. Portanto, a atuação do movimento feminista mostrou-se fundamental para o avanço de pautas que buscavam incluir as mulheres no conteúdo das políticas públicas (BANDEIRA, 2019, p.299).

Pode-se entender que a discussão de gênero propiciada pelos movimentos de mulheres e feminista, trouxe notoriedade e legitimidade para essa questão social, como defendido por Bandeira (2019) e possibilitou o enquadramento da violência contra a mulher como um problema social que mereça não somente ser incluído na agenda pública mas receber atenção e prioridade dos dirigentes públicos, bem como recursos públicos para a sua resolução.

Em 1978, houve a criação de grupos de combate à violência e atendimento às mulheres, denominados SOS Corpo de Recife (1978) e os de São Paulo, Campinas e Belo Horizonte (década de 80). Bandeira (2019, p.296) descreve que esses grupos caracterizaram-se por um modo de agir mais político perante as instâncias públicas, o que contribuiu para a discussão e politização das violências de gênero e para uma pressão por um output do Estado.

A partir de 1980, o movimento feminista brasileiro começa a se atomizar e constituir-se em ONGs, para assim, adentrar institucionalmente a esfera política e apresentar as suas pautas, para influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando de canais institucionais no período da redemocratização (SARTI, 2004). Em 1983, houve a formação do Conselho Estadual da Condição feminina, na cidade de São Paulo e governo PMDB. (COSTA, 2005, p.6).

A partir de 1985, houve a criação das DEAM's (Delegacia Especial de Atendimento à Mulher), a delegacia pioneira localizada na cidade de São Paulo. Atualmente, há aproximadamente 500 espalhadas pelo Brasil. Essa iniciativa brasileira, posteriormente foi adotada por outras nações da América Latina. Concomitantemente, houve a formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Outra melhoria alcançada pela atuação do movimento feminista e progressista, nesse período, foi que os crimes de violência passaram a ser considerados contra a pessoa e não mais contra os costumes (BANDEIRA, 2019, p.296).

Um dos maiores avanços encontra-se no fato de que as delegacias devem ter em seus quadros delegadas e agentes policiais mulheres, qualificadas para tratar sobre a violência de gênero e entender os contextos em que ela ocorre. Para ser efetiva, o tratamento dado desde a denúncia até a investigação deve ser pautado na confiança e respeito pela vida da vítima, não incorrendo na culpabilização da vítima, como muitas vezes era/é observado nas delegacias de polícia (BANDEIRA, 2019).

O pouco qualificado tratamento dispensado às vítimas, muitas vezes, tinha como origem os padrões sociais, papéis de gênero estereotipados e era corroborado pela cultura da época que situava as mulheres como posse do marido. Essa cultura entendia a esfera privada – doméstica - como imune à intervenção do Estado, a partir de uma concepção liberal centrada na liberdade, privacidade, do indivíduo e proteção da propriedade privada. Entretanto, tal concepção é questionada pelas feministas internacionais na célebre frase “o pessoal é político”. (BANDEIRA, 2019; OKIN, 2008, p.312)

“O poder de vida e de morte” (MACHADO, 2010, p.25 apud BANDEIRA, 2014, p. 452) constatado dos homens sobre as mulheres foi encarado com maior visibilidade e evidência a partir do surgimento das Deam's e ao serem denunciadas pela cobertura midiática. Muito embora, essas coberturas não focassem, na violência estrutural vivenciada pelas mulheres em uma sociedade capitalista e patriarcal; houve avanços observados na maior atenção dada ao assunto pela opinião pública e pelas elites políticas da época, assim como maior conscientização por parte das mulheres da opressão de gênero na sociedade e da busca pela cidadania plena (BANDEIRA, 2019).

Segato, em seu estudo sobre a especificidade dos casos de sequestro e desaparecimento seguidos por assassinatos brutais de mulheres “jovens, pobres, mestiças, escuras” (2005, p.265) perpetrados por “fratrias mafiosas” (2005, p.273) definidas como de “segundo Estado” em Ciudad Juárez, no norte do México, define a violência sexual, por exemplo, como uma violência em que mais presente que o poder de morte, encontra-se o poder de controle. O poder que, por meio da subordinação psicológica e moral do outro, estabelece-se como “a expressão do controle absoluto de uma vontade sobre a outra” (SEGATO, 2005, p. 271) e configura-se em sua qualidade de violência expressiva, mais do que instrumental. Expressa-se, então, em domínio e controle (SEGATO, 2005).

Atos de violência constituem-se em atos discursivos, ou seja, buscam comunicar algo e demonstram a detenção de poder de quem perpetra a ação violenta e a falta de poder e escolha de quem é alvo da violência. O estupro testemunha-se como uma violência, além de sexual, física e moral, em que o corpo e o espaço do outro estão subjugados e dominados. A autora então estabelece a relação e fusão entre o conceito schmittiano de soberania e as questões de gênero; configura-se que na lógica da territorialidade, soberania é a expressão da autoridade, propriedade e controle sobre o corpo, espaço, e território de outrem (SEGATO, 2005, p.270). A partir disso, deriva-se a significação obtida de que a atuação somente do poder de morte – físico - não se constituiria em soberania, mas a soberania constituir-se-ia a partir do controle (subordinação psicológica e moral) do outro (SEGATO, 2005, p.271). Resume-se na frase “fazer viver ou deixar morrer” (FOUCALT, 1999 apud SEGATO, 2005, p.271).

A datar de 1990 em diante, são concebidas as Casas Abrigo com o foco em proteção para mulheres ameaçadas de violência. Atualmente, há mais de 80 Casas Abrigo pelo país. O objetivo das Casas Abrigo é prover moradia protegida, acolhimento e segurança para mulheres em risco de vida decorrente da violência doméstica. Há muitas críticas a ser feitas referentes à implementação efetiva desse modelo, entre elas o desnível entre a demanda de atendimentos e a capacidade física e institucional desses ambientes, incluindo a falta de priorização do orçamento público para essas políticas, resultado de um Estado ainda patriarcal (BANDEIRA, 2019).

A partir de 2002, muitos avanços e ações foram notados no campo especificamente direcionado às mulheres no setor político. Em 2003, no governo do então presidente Lula, criou-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). A SPM guia-se pela defesa da igualdade entre homens e mulheres e combate a todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Busca uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Em 2005, criou-se, a Rede de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço de acolhimento de denúncias de violência doméstica¹.

Segue-se a isso, a institucionalização da Lei Maria da Penha – 11340/06, em 2006, marco importante para a celebração institucional dos direitos das mulheres. A lei engloba o combate a ações ou omissões que causem as violências: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Tal lei tem um caráter particular, por ter sido originada de decisão de uma comissão internacional (caso nº 12.051/OEA)².

Em 9 de junho de 1994, a *Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará*, organizada pela OEA – Organização dos Estados Americanos (ocorrida em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994) reconhece a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos e estabelece no Artigo 1º que:

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.³

Expressa-se no Artigo 1º da Lei Maria da Penha – 11340/06:

Art. 1º: Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Brasil, 2006)

¹ Disponível no site institucional: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/politicas-publicas-para-as-mulheres-ganham-espaco-em-estados-e-municipios>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

² Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>. Acesso em: 8 de julho de 2019.

³ Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

A partir da Convenção de Belém do Pará, o CEJIL – Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e o CLADEM – Brasil (Comitê Latino-Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) encaminharam em 1998 à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – OEA – petição contra o Estado brasileiro, sobre o modo de tratamento do caso de violência e atentado à vida de Maria da Penha. Em abril de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica. A Comissão determinou o pagamento de uma indenização à vítima pelo Estado e estabeleceu recomendações de formulação para o campo de políticas públicas (GDF, 2009).

Conclui-se que a Lei Maria da Penha é consonante à Constituição Federal Brasileira (1988), à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (ONU - CEDAW, 1979) da qual o Brasil é parte desde 1984 e à Convenção de Belém do Pará (1994), legislação da Organização dos Estados Americanos, demonstrando a importância que os organismos e acordos internacionais apresentaram para o estabelecimento de uma legislação combativa à violência contra as mulheres. O estabelecimento da lei também se situa como resultado dos movimentos e discussões em defesa dos direitos humanos. Transportando o debate de um sujeito genérico e destituído de cor, cultura, etnia, história, modelo do indivíduo abstrato do sistema liberal-pluralista para a defesa de um grupo que se identifica nas suas circunstâncias e opressões sociais, sujeito específico e discussões de um modelo multiculturalista. A lei articula as três esferas do poder: executivo, legislativo e judiciário, para enfrentar a violência contra mulher e dar suporte e assistência às vítimas (BANDEIRA, 2019, p.307). Um dos obstáculos observado é que, somente em 2018, a partir da lei 13.641/2018, tornou-se crime infringir medida protetiva de urgência.

Na maioria dessas políticas evidencia-se o caráter repressor da atividade das violências e observa-se a falta de uma política de qualidade preventiva e educadora.

Outro avanço legislativo verificou-se com a sanção da lei do feminicídio (13.104/2015) pela então titular da Presidência da República – Dilma Rousseff. Tal lei inclui o feminicídio como homicídio qualificado e, portanto, na categoria de crimes hediondos. Além disso, define feminicídio como crime contra a mulher por razões da

condição do sexo feminino, e descreve essas razões quando o crime envolve, no 2º parágrafo da lei: “I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Houve outros avanços legislativos importantes como: a mudança da lei do estupro (12.015/2009) e criação da lei de importunação sexual (13.718/2018). Entende-se que as legislações são marcos importantes e devem ser acompanhadas e ancoradas por uma alteração positiva de padrões de cultura relacionados à percepção sobre as mulheres, assim como pela aplicação efetiva e eficaz das políticas públicas de apoio⁴.

Capítulo 3 - Violência de gênero nas esferas privada e pública

A violência de gênero está entremeada nos mais diversos níveis da sociedade, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Os escritos de autoras feministas atestam a necessidade de enxergar e agir sobre esse problema. Há vários fatores relacionados à violência de gênero intrafamiliar doméstica como: fatores culturais, fatores econômicos e sociais e etc.

Entende-se a violência de gênero como um comportamento aprendido e que, de certa forma, estava naturalizado na sociedade. A violência percebida é um marco da desigualdade existente entre os sexos. A socialização masculina e feminina corrobora a agressividade como fator positivo nos meninos e a passividade como qualidade requerida das meninas. Essa socialização se apresenta de diferentes formas: na socialização familiar, escolar, representações de padrões na mídia e etc.

A violência é vivenciada de formas diferentes entre os sexos. Em relação aos homens, é mais provável que eles sejam vítimas de violência urbana – principalmente jovens e negros - em contrapartida para as mulheres a violência doméstica e sexual encontra-se como uma realidade mais provável. (ARRUDA et al., 2015, p.54)

Entende-se que a violência de gênero pode assumir diversas formas, entre elas: violência física, psicológica, moral, econômica e simbólica. Atualmente, com as novas tecnologias também surge a violência baseada na exposição pública

⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml> . Acesso em: 12 de julho de 2019.

de vídeos e/ou fotos íntimas, com o intuito de expor e desmoralizar as mulheres, o que pode ser incluído na violência moral.

Krook e Sanín propõem uma abordagem sobre o tema violência contra as mulheres na política - esfera pública - que captura de forma mais ampla o espectro de comportamentos que tem como motivação intimidar, constranger e coagir a retirada das mulheres da política. Essa abordagem engloba quatro categorias de violência política contra as mulheres: física (que engloba o abuso sexual), psicológica, econômica e simbólica (KROOK, SANÍN, 2016).

A violência física é definida como atos que afetam a integridade física da mulher, como também ataques físicos aos seus familiares, tendo a representante política como alvo. O assassinato é a forma mais extrema de violência física (KROOK, SANÍN, 2016).

A violência psicológica inflige trauma mental e/ou emocional, causando ansiedade, depressão e estresse. Esse tipo de violência engloba também as ameaças de violência física e/ou sexual. As autoras afirmam que os dados indicam que as ameaças de morte e de estupro podem ser um mecanismo particularmente direcionado a mulheres na política (KROOK, SANÍN, 2016).

A violência econômica envolve a restrição de recursos econômicos a mulheres, para o pleno desenvolvimento de suas atividades quando eleitas, e para os fundos de campanha quando candidatas à esfera decisória. O objetivo desse tipo de violência é oferecer barreiras para a efetividade de suas atividades, prejudicando as suas carreiras políticas e/ou tornar o trabalho político difícil e frustrante, almejando a renúncia de mulheres dos seus cargos políticos. A falta de apoio financeiro prejudica mais as mulheres do que os homens na política. Dados do Tribunal Eleitoral brasileiro demonstram que candidatas recebem menos apoio financeiro do que candidatos, em todos os partidos (KROOK, SANÍN, 2016).

A violência simbólica engloba uma série de manifestações discursivas ou por meio de imagens, que buscam diminuir, degradar sexualmente ou moralmente, constranger, e assediar as mulheres que estão na política. Outros exemplos são: sexismo na cobertura da mídia e nas plataformas sociais e questionamento da competência para a função política. A violência simbólica é uma das formas com grande potencial destrutivo de violência, pois confunde-se com o sexismo presente na sociedade tradicionalmente e historicamente, e tem o risco de ser entendida

como normal, de ser naturalizada e de ser camuflada como “brincadeiras” (KROOK, SANÍN, 2016, p.139-146).

Os países México, Peru, Bolívia possuem legislação específica para a violência contra mulheres na política (KROOK, SANÍN, 2016). Argumenta-se que seja o caso de o Brasil igualmente introduzir uma legislação específica sobre o tema.

A escalada de violência contra a parlamentar Juana Quispe na Bolívia que culminou em seu assassinato precipitou a aprovação da lei 243 de 2012 no país. A Bolívia foi um dos primeiros países a aprovar legislação específica para a violência contra mulheres na política. A lei 243 distingue entre o assédio político e a violência política. Assédio político envolve casos de “pressão, perseguição, ou ameaças” e violência política são atos e/ou ameaças de violência física, psicológica ou sexual, com vistas a diminuir, suspender, impedir ou restringir os direitos políticos das mulheres em suas funções, assim como, coagi-las a realizar ou deixar de realizar atos relacionados aos seus mandatos políticos (KROOK, SANÍN, 2016).

A lei 243 reconhece que tais atos podem ser cometidos por um ou mais indivíduos, diretamente ou por terceiros, e pode ter como alvo mulheres políticas, assim como membros de sua família. As penas são 2 a 5 anos de prisão por assédio político e três a oito anos de prisão para violência política (física e/ou psicológica), os casos de agressão sexual são julgados de acordo com o código penal. Os agravantes incluem: atos cometidos contra uma mulher grávida, contra alguém mais velha que 60 anos, ou com alguma limitação ou incapacidade, além disso, atos cometidos por líderes partidários, líderes de movimentos sociais, ou do serviço público e atos cometidos por duas ou mais pessoas. Os atores responsáveis por implementar essa lei incluem: ministério da justiça, autoridades eleitorais e líderes de diferentes níveis do governo boliviano (KROOK, SANÍN, 2016).

Percebe-se que as esferas pública/política e privada são, ambas, não seguras para mulheres e ambientes em que elas se encontram em situação de vulnerabilidade.

Pode-se inferir que a violência contra as mulheres é fundada em relações de gênero. São práticas violentas que se constroem a partir das bases relacionais que se estabelecem entre os sexos, e que, por sua vez, foram e são construídas histórica, social e culturalmente.

3.1 - Dados

Atualmente, percebe-se nos dados e índices de feminicídio, a gravidade do problema que ainda persiste no Brasil e no DF.

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo para mulheres. Segundo estudo divulgado em novembro de 2018 pelo UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - a taxa de homicídios femininos global foi de 2,3 mortes para cada 100 mil mulheres em 2017. No Brasil, segundo os dados relativos a 2018, a taxa é de 4 mulheres mortas para cada 100 mil mulheres, ou seja, 74% superior à média mundial⁵.

Os dados evidenciam a violência contra a mulher como uma recorrente e evidente manifestação da desigualdade de gênero no país. O aparato de segurança pública deve então deixar de reforçar “estereótipos de masculinidades que, no limite, naturalizam a violência como linguagem e dificultam sua prevenção e sua repressão”⁶.

A situação de feminicídios no D.F apresenta um quadro de aumento ao longo dos anos.

Tabela 1 - Número de feminicídios ocorridos no D.F.

2015	5
2016	21
2017	18
2018	28
2019 (Primeiro Semestre)	14

Fonte: Banco Millenium – COOAFESP/SGI/SSPDF.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do DF (Fonte: Banco Millenium - COOAFESP/SGI/SSPDF)¹, as tentativas de feminicídio no DF, foram:

⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml> . Acesso em: 12 de julho de 2019.

⁶ Retirado da reportagem produzida por Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, diretores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 12 de julho de 2019

Tabela 2 – Tentativas de feminicídio no DF.

2015	5
2016	18
2017	63
2018	66
2019 (Primeiro Semestre)	55

Fonte: Banco Millenium – COOAFESP/SGI/SSPDF⁷

Houve um crescimento de 250% nas tentativas de feminicídio no ano de 2017 em comparação com o ano anterior⁸.

Comparando-se os dados de números absolutos de crimes de tentativa de feminicídio de 2018 e 2019, no mesmo período do ano (janeiro a junho), tem-se um aumento de 77,4% em 2019. No primeiro semestre de 2018 houve no D.F 31 tentativas de feminicídio, em 2019 o número foi de 55⁹.

Regimar Campos, Coordenador da COOAFESP fez algumas observações referentes aos anos de 2015-2016¹⁰:

Em relação às mulheres vítimas de feminicídio, se considerarmos a idade de 18 aos 30 anos, a proporção sobe para 48% do total. Quanto aos autores, a mesma faixa etária representa 42% do total. De cada 10 (dez) ocorrências, em 6 (seis) foram crimes cometidos pelo marido/companheiro ou ex-marido/companheiro. Das 24 ocorrências, em 20 (84% do total) os crimes foram cometidos na residência do casal, do autor ou da vítima. A motivação do crime resume-se à violência doméstica e familiar numa escalada crescente.

Sobre o primeiro semestre de 2019, Regimar Campos comenta¹¹:

As mulheres foram vítimas das agressões em suas próprias residências, na maioria das ocorrências (39 ocorrências, ou seja, 71%) de tentativa de feminicídio; os vínculos das vítimas com os autores são os seguintes: 25 autores eram cônjuge/companheiros; 15 eram ex-companheiros; oito eram ex-namorados; três eram namorados; três eram parentes e outros dois eram desconhecidos.

⁷ Dados disponíveis em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/estatstica-048_2017-femicidio-no-df_09mar15-a-31dez16.pdf; http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Estat%C3%ADstica-012_2018-Femic%C3%ADdio-no-DF_Jan_dez-2016_17.pdf; http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-020_2019-Femic%C3%ADdio-no-DF_1semt_19.pdf. Acesso em 30/06/2019.

⁸ http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Estat%C3%ADstica-012_2018-Femic%C3%ADdio-no-DF_Jan_dez-2016_17.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2019

⁹ Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-020_2019-Femic%C3%ADdio-no-DF_1semt_19.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2019.

¹⁰ Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/estatstica-048_2017-femicidio-no-df_09mar15-a-31dez16.pdf. Acesso em: 30/06/2019.

¹¹ Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-020_2019-Femic%C3%ADdio-no-DF_1semt_19.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2019.

O Estado de Direito, para que suas atribuições e conceitos tenham significado e aplicação prática, deve garantir proteção a todos os cidadãos e cidadãs e não aceitar a violência de gênero em nenhuma de suas manifestações¹². Entende-se então que o poder público na forma de um Estado ainda patriarcal tem falhado em garantir proteção à vida das mulheres. As leis penais e processuais penais mostram-se insuficientes para lidar com a complexidade do problema social. Por ser um problema de qualidade estrutural, são necessárias ações mais profundas que modifiquem a reprodução desses padrões de violência.

Capítulo 4 - Referencial teórico de autoras feministas e conceitos.

Simone de Beauvoir, em sua obra *O segundo sexo* compreende o feminino como o “outro” e o masculino como o sujeito e o indivíduo que se realiza no universal e no neutro. A partir disso, verifica-se que as noções de gênero – entendido como relacional e construído socialmente- e, mais especificamente o gênero feminino e o corpo feminino, são marcados e significados a partir das concepções e da perspectiva do discurso e lógica masculinos (BEAUVOIR, 1949).

A posição de subordinação da mulher na sociedade, e a relação assimétrica entre os gêneros são componentes e originários da visão de que o feminino se define a partir de tudo que o masculino não é. A concepção de que o feminino somente se realiza e existe em contraposição ao que é masculino e, portanto, somente ocupa o espaço do “outro” e é assim significado pelos sujeitos masculinos, corroborou o status político, de posições hierárquicas superiores e de privilégios masculinos historicamente (BEAUVOIR, 1949).

A mulher é diferenciada a partir do contexto e norma masculina. Então, a defesa da diferenciação dos sexos, sob a ótica de uma divisão binária e oposta dos sexos que se ‘complementam’ em seus atributos, pode restringir a mulher a ocupar espaços cada vez menores na sociedade e contribuir para a manutenção do status quo de hegemonia masculina e para o cerceamento da liberdade individual e emancipação das mulheres (BEAUVOIR, 1949).

¹² Reformulado a partir de: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml> . Acesso em: 12 de julho de 2019.

Então, o binarismo social e dicotomizado entre as funções femininas e masculinas, constituídos binariamente e em oposição um ao outro, fundamentam as relações entre os sexos estabelecidas no mundo moderno, pós-patriarcal – no sentido de direito genealógico dos pais sob os filhos - e pós-contrato (PATEMAN, 1988, p.15-20). Essas estruturas delimitavam que às mulheres cabia a natureza, a emoção e a sensibilidade; enquanto que aos homens cabia a força física, a racionalidade, a razão e a construção da civilização a partir do contrato original (MATOS; PARIADIS, 2014, p.61).

Esse estado das coisas tolhe a sua capacidade de se posicionar como sujeitos livres, ao definir que os sexos devem ocupar papéis estereotipados previamente estabelecidos na sociedade e suprir as expectativas sociais. Contribuindo assim para a manutenção da assimetria entre os gêneros e da posição de subalternidade feminina (BEAUVOIR, 1949, p.12-30).

Butler, em sua obra *Gender Trouble* compreende que a noção de sexo pode significar o que antes se designava por gênero, ao adotar a concepção de que o sexo pode ser entendido como anterior ao gênero, pois há a impossibilidade de se denotar qualquer coisa pré-discursivamente (BUTLER, 1990).

Afirma também que as relações socialmente constituídas a partir do sexo biológico evidenciam-se como assimétricas, entre os dois sexos. Partindo do entendimento do gênero como construção social, a autora admite que os significados e aplicações do gênero podem ser múltiplos, pois as diferentes qualidades sociais podem estar presentes nos dois sexos, e as diferentes circunstâncias econômicas e políticas e diferentes culturas em localidades diversas podem produzir variações nas formas de lidar com a questão de gênero, e variadas formas em que o gênero ou sexo se realiza nas sociedades (BUTLER, 1990).

Então, entende-se que o gênero não é restrito pelo sexo, e pode ser múltiplo, como também transitório. Butler questiona as ideias de natural e cultural como determinantes em oposição à questão da escolha no processo de definição do que é mulher em uma sociedade. Butler nega a ideia de natureza ou essência feminina ou masculina e os seus respectivos papéis propostos e defende a multiplicidade identitária. Por fim, a defesa da ideia de diferenciação e hierarquização dos sexos, sem nenhum debate acerca do contexto de socialização a

partir do sexo biológico, pode significar o apoio à manutenção do status quo hegemônico masculino e de opressão das mulheres (BUTLER, 1990, p.13-49).

Pateman busca elucidar as origens do contrato social e sua relação com o que denomina de “contrato sexual”. A autora entende que o contrato social foi fundado por homens e entre homens, excluindo as mulheres da discussão. A partir de uma relação de câmbio entre a liberdade primitiva e a favor da noção de segurança, que por sua vez, garantiria a liberdade civil e equitativa – salvaguardada pelo Estado- para os homens em contraposição à subjugação das mulheres na esfera privada - ou natural, se levar-se em conta o período anterior ao contrato. Somente os homens, deteriam as atribuições necessárias para participar dos contratos por serem considerados como indivíduos, ou seja, possuírem propriedade sobre si, segundo a visão dos teóricos clássicos do contrato social (PATEMAN, 1988, p.15-36).

A partir do contrato social, há o surgimento de instituições civis que regulam a vida pública, da autoridade legal do Estado e da legislação civil e a própria legitimidade do governo civil surgiu a partir da ideia do contrato social. O contrato também se estabelece a partir da relação entre obediência e proteção. Os indivíduos obedeceriam ao Estado, na esfera pública e receberiam dele proteção ao indivíduo e à esfera privada. É preciso adentrar a discussão de um termo que retornou aos discursos e movimentos feministas, a partir dos anos 60, o patriarcado. O patriarcado é entendido como uma forma de poder político pautado na dominação das mulheres (PATEMAN, 1988, p.15-34).

Por conseguinte e constatada a exclusão das mulheres do acordo, a liberdade dos homens na esfera pública é fundada sobre a dominação das mulheres e sua rejeição à esfera privada. A concepção da autora é a de que o contrato social ou original na verdade foi um contrato “social-sexual”, porém a história do contrato sexual não é contada (PATEMAN, 1988, p.15-25).

A partir da concepção de que o contrato social substituiria o domínio paterno por uma liberação do indivíduo no governo civil e tendo em vista que a ideia de indivíduo se realizava no âmbito masculino e público, nota-se que a liberação dos indivíduos na realidade seria a liberação dos homens da vida familiar para uma vida pública centrada no indivíduo e em seus direitos civis e políticos. A mulher continuaria subjugada e o contrato social-sexual promoveria a sua futura dominação

a partir do contrato do casamento, no âmbito privado. A visão do contrato sexual trata o direito político como a dominação ou poder que os homens exercem sobre as mulheres (PATEMAN, 1988, p.16).

Desta forma, a autora questiona a visão de que o contrato social seja visto como o proponente de uma nova liberdade. Pateman considera que o contrato original originou ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade civil não se aplica às mulheres, pois elas foram excluídas do contrato social, logo é um atributo masculino e existe em decorrência e em dependência ao direito patriarcal, a autora explicita esse pensamento na passagem “A liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1988, p.17).

Então, a subversão dos filhos ao substituir o direito paterno pelo governo civil, ocorreria também como uma forma de afirmar a sua própria dominação sobre os corpos das mulheres. Pateman trabalha os conceitos de acesso sistemático dos homens aos corpos femininos e do direito político dos homens sobre as mulheres, no contrato sexual. A partir disso, pode-se inferir que o contrato social tem como atores os homens e como objeto as mulheres, a elas lhes era negada cidadania e participação político-social na sociedade (PATEMAN, 1988).

A autora considera as esferas pública e privada para desenvolver seu argumento. A esfera pública é aquela que passa a existir após o contrato social, portanto é a esfera civil. Tal esfera é a que recebe a maior atenção dos contratualistas. A esfera privada é considerada a esfera natural, sobre essa esfera defende-se que esteja separada da esfera pública com o objetivo de prover maior autodeterminação aos indivíduos, porém uma consequência dessa posição é a falta de esclarecimento acerca da posição da mulher, visto que não há tanta visibilidade acerca dessa esfera (PATEMAN, 1988, p.18,24-27).

As autoras Matos e Pariadis também trabalham os conceitos de esfera pública e privada e as diferenças de tratamento dadas a cada uma delas. A esfera privada não era considerada politicamente importante. Por meio da divisão sexual do trabalho, apontavam-se as funções masculinas no âmbito público superiores em importância e valor em comparação com as atividades femininas restritas à esfera privada – conceituada pela família e pela casa, ou seja, pela domesticidade (MATOS; PARIADIS, 2014, p.63-65).

As atividades desenvolvidas na família constituem-se em relações de reprodução enquanto as atividades desenvolvidas na esfera pública dão-se sob o entendimento de relações de produção. Portanto, no sistema capitalista atual as relações de produção são mais valorizadas do que as relações de reprodução que, por sua vez, também foram monopolizadas pelo Estado para o seu próprio interesse, o que se verificou na época dos modelos totalitários de Estados nazistas, fascistas, sob a lógica de incentivo ao aumento populacional (GUTIÉRREZ, 1985).

A esfera privada, realizada na família burguesa e patriarcal constitui-se em elemento base que possibilita e sustenta o mundo público e suas relações comerciais capitalistas, e, ao mesmo tempo em que reproduz tais relações patriarcais de modo mais reduzido no microcosmos familiar. Ou seja, é parte e agente da reprodução e manutenção do status quo, as esferas demonstram-se interdependentes e interligadas (GUTIÉRREZ, 1985).

A esfera pública, por outro lado, consagrava-se como espaço em que se davam as relações comerciais e a tomada de decisão pública, os espaços políticos e sociais e que eram ocupados majoritariamente por pessoas do sexo masculino. (GUTIÉRREZ, 1985).

Portanto, essa divisão dicotômica entre duas esferas demonstra a dominação e exploração da mulher que se fez presente tanto na esfera privada – mediante o contrato do casamento, quanto na esfera pública – por meio da sua ausência nos espaços públicos e de debate, e atualmente perceptíveis mediante a diferença salarial existente entre os sexos.

A falta de participação feminina nos espaços públicos demarca o seu status político subalterno em comparação aos atores do contrato social, e a deficiência de sua cidadania. Essa concepção nos permite perceber que as mulheres estão sujeitas à inferiorização e subordinação nas duas esferas sociais, o que constitui também um ambiente propício a episódios de violência, já que a violência se estabelece discursivamente.

É preciso que haja o entendimento de que as duas esferas estão interconectadas. A discussão sobre gênero promovida por estudos feministas pretendem encarar essa divisão relacional dicotômica de papéis e funções entre os sexos e entre as esferas pública e privada de outro modo.

Por fim, gênero refere-se ao modo de enxergar as atribuições de cada sexo, como construções sociais e históricas, o termo automaticamente questiona o modo de estabelecer hierarquicamente essa relação entre os sexos e tomá-la como natural sem maiores críticas ou estudos em profundidade (OKIN, 2008).

Capítulo 5 - Feminismo atual brasileiro (2000-2019)

O feminismo, como qualquer outro movimento político-social, se adequa ao longo do tempo às novas demandas e transformações requeridas pelos diversos grupos sociais e que, assim agregam suas próprias percepções e perspectivas. O feminismo vem se tornando mais diversificado, interseccional e intersetorial.

Os anos 2000 têm como característica a luta pela implementação e manutenção dos direitos conquistados e pela agregação de outras reivindicações ao movimento feminista, como combate à pobreza ou à feminização da pobreza - foco da Marcha Mundial das Mulheres -, a pauta se tornou mais ampla, outras reivindicações são: combate ao assédio sexual e abuso de mulheres, luta pela igualdade salarial para as mesmas funções - as mulheres tem salários com valor cerca de 26% mais baixos que os homens - ¹³, garantias dos direitos reprodutivos, planejamento familiar, proteção à maternidade e ao aleitamento, direito a creche no local de trabalho, medidas de garantias e estabilidade do emprego à mulher gestante, descriminalização e regulamentação do aborto, combate à violência doméstica, promoção da visibilidade lésbica e trans, combate à homofobia e à exploração sexual.

Em 2000, o Brasil foi um dos 159 países a aderir à Marcha Mundial das Mulheres, uma campanha internacional em prol da erradicação da pobreza e da violência sexista. Nessa ocasião, foi feito um abaixo assinado com mais de 5 milhões de assinaturas com reivindicações referentes às questões femininas, que foi entregue à ONU (SCHERER-WARREN, 2006).

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) formulou, em 2005, a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, um documento que expressa sua visão de alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os

¹³ Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em https://istoe.com.br/216256_O+NOVO+FEMINISMO/ acesso em:10/07/2019

povos em geral, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade. (SCHERER-WARREN, 2006)

Entre os princípios da MMM, no Brasil, estão a organização das mulheres urbanas, rurais, indígenas e formação de alianças com movimentos sociais. Defendem a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que essa transformação está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista e heteronormativo (SCHERER-WARREN, 2006).

Em 2011, ocorreu a primeira Marcha das Vadias realizada em São Paulo. A Marcha surgiu no Canadá, onde em 2011, um policial afirmou que as mulheres “não deveriam se vestir como prostitutas” se não quisessem ser assediadas. Então, mulheres foram às ruas para protestar contra a culpabilização da vítima e para levantar a bandeira de tomar para si seus próprios corpos¹⁴.

A Marcha das Margaridas teve início em 2000, organizada por trabalhadoras rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas que tomam as ruas para dialogar com o governo federal sobre suas reivindicações. Algumas reivindicações são: garantia permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente sem comprometer outras necessidades essenciais; acesso à terra e valorização da agroecologia, por uma educação que não discrimine as mulheres, o fim da violência sexista, o acesso à saúde, a ser ou não ser mãe com segurança e respeito; autonomia econômica, trabalho, renda, e participação política.

O Caderno de Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas, que é entregue ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, é resultado de rodadas de discussões coletivas promovidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em parceria com diversas entidades como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, União Brasileira de Mulheres, entre outras parcerias.

A escolha do nome Marcha das Margaridas e da data é uma homenagem à Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Ela foi assassinada em 12 de agosto de 1983, a mando de latifundiários da região. Por mais de dez anos à frente do sindicato, Margarida

¹⁴ Disponível em: https://istoe.com.br/216256_O+NOVO+FEMINISMO. Acesso em: 10 de julho de 2019.

lutou pelo fim da violência no campo e por direitos trabalhistas como: respeito aos horários de trabalho, carteira assinada, 13º salário, férias remuneradas¹⁵.

Verifica-se também que atualmente as redes vêm ganhando força em conjunto com os movimentos sociais. Os autores (ARRUDA, et al., 2015, p.96) definem redes como:

Atuação articulada entre diversas instituições, organizações e grupos que estabelecem relações e interações com uma finalidade e se interconectam por meio de linhas de ação ou trabalhos conjuntos. As redes podem ser consideradas atores políticos, interlocutores legítimos de governos, ONGs e empresas, no debate sobre políticas públicas.

Constituem-se em novos espaços de participação da sociedade civil e assim, inscrevem-se como novas formas de atuação de uma democracia participativa e direta - como pelo exemplo de projetos de iniciativa popular. Estabelecendo então novas formas de interação e cooperação para a construção de políticas públicas para mulheres. As redes podem interferir na definição e organização das políticas públicas de igualdade de gênero no país e alteram e aprofundam as relações entre Estado e sociedade civil (ARRUDA, et al., 2015, p.96).

Scherer- Warren considera as redes como organismos “multiformes” e que podem englobar atores diversificados: “dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações” (p.115, 2006). O conflito que, muitas vezes, se nota nesses ambientes contribui para a discussão de novas concepções e possivelmente estimula a abrangência de novas perspectivas a um grupo já estruturado (SCHERER – WARREN, p.115, 2006).

Exemplifica-se isso a partir de que a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), segundo a autora (SCHERER-WARREN, 2006, p.116), rede tradicionalmente feminista e que foi descrita segundo Guacira, ex-coordenadora da AMB, 2005, em entrevista:

Carrega um subtítulo que diz Articulação de Mulheres Brasileiras – uma articulação feminista e antirracista. Isso se definiu afirmando o feminino e também afirmando o antirracismo como uma questão central. Isso tudo é fruto das mulheres negras dentro da AMB (...)

O feminismo negro ou movimento de mulheres negras apresenta outra agenda prioritária diferente do feminismo branco, pois elas lutam contra o racismo e

¹⁵ Informações sobre a Marcha das Margaridas disponíveis em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/marcha-das-margaridas-entenda-o-que-e-e-quem-sao-elas>. Acesso em: 10 de julho de 2019.

sexismo. Na sociedade constata-se realidades diferentes entre mulheres brancas e negras, há diferenças salariais, de representatividade, de sexualização dos corpos, maior vulnerabilidade à violência doméstica e sexual (as mulheres negras são mais de 60% dos casos de feminicídio, segundo a major Claudia Moraes, subcoordenadora de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) portanto as demandas são diferentes¹⁶.

Nas sociedades ocidentais, globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais, associando isso a uma conotação mais individualista e atomista proporcionada pelo capitalismo e pelas relações de trabalho e consumo, geram inúmeros modos de pensar e agir e diferentes perspectivas de como buscar a igualdade de gênero na sociedade (SCHERER-WARREN, 2006).

A partir de 2010, o movimento feminista caracterizou-se pela atuação mais intensa nas redes sociais, e, por uma maior visibilidade na mídia, nas campanhas publicitárias e cultura contemporânea como músicas e filmes sobre o feminismo. A expansão do movimento feminista nas mídias apresenta o seu lado benéfico de expandir a discussão e atingir públicos variados. Por outro lado, a utilização do feminismo com o objetivo de marketing e de promoção de algum serviço ou produto é questionado acerca de suas reais intenções e efetividade.

O feminismo atual, também engloba as questões de estereótipo de gênero que atingem os dois sexos. O feminismo atual expandiu sua pauta ao englobar o combate a expectativas sociais irreais que oprimem mulheres e homens, e que mistificam e afastam o debate.

Os avanços das lutas feministas de mais de quatro décadas, se estabeleceram em leis e decisões judiciais recentemente. O novo Código Civil de 2002 acabou com a possibilidade de o homem mover ação para anular casamento caso descobrisse que a mulher não era virgem, o termo “mulher honesta” foi retirado dos artigos do Código Penal que tratavam de estupro em 2004, a lei Maria da Penha é sancionada em 2006 e aumenta o rigor nas punições para agressão doméstica às mulheres, o Supremo Tribunal Federal considera constitucional, em 2012, o aborto

¹⁶ Fonte: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/> e <https://epoca.globo.com/quase-metade-dos-femicidios-sao-cometidos-por-armas-de-fogo-revela-estudo-23389773> . Acesso em: 10 de julho de 2019.

de fetos anencéfalos, em 2013 a PEC 66 foi aprovada, transformando em lei a reivindicação de empregadas domésticas, que lutavam por direitos trabalhistas¹⁷.

Há também retrocessos, o documento aprovado pelos chefes de Estado na Rio+20 não continha o termo “direitos reprodutivos”, cunhado na IV Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (ICPD), realizada no Cairo em 1994, devido a pressões do Vaticano¹⁸. A reação conservadora aos avanços das mulheres vem aumentando conforme avanços são conquistados e encontrou terreno no tema sobre aborto; uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou em 08/11/17 restrições das regras de aborto no Brasil.

Atualmente, o feminismo se caracteriza pela multiplicidade de agenda e de segmentos, a partir das variadas concepções acerca dos movimentos, realidades e relações de poder fundadas na distinção de gênero e na agenda prioritária de cada segmento.

¹⁷ Fonte: https://istoe.com.br/216256_O+NOVO+FEMINISMO/. Acesso em: 10 de julho de 2019

¹⁸ Fonte: https://istoe.com.br/216256_O+NOVO+FEMINISMO/. Acesso em: 10 de julho de 2019

Capítulo 6 – Projeto “Mulheres Inspiradoras”¹⁹

O projeto Mulheres Inspiradoras surgiu em 2014, idealizado pela professora Gina Vieira Ponte de Albuquerque, que trabalhava no Centro de Ensino Fundamental 12 (CEF 12) de Ceilândia na época. Gina Vieira nasceu em Ceilândia e atua como professora da educação básica na Secretaria de Estado da Educação desde abril de 1991. Ela é idealizadora e executora da política pública Mulheres Inspiradoras, é membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e embaixadora do prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos. Gina também é especialista em Educação à distância e em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar pela Universidade de Brasília.

O projeto nasceu com o intuito de oferecer um novo olhar acerca do papel da mulher na sociedade, assim como também pretendia incentivar a leitura e melhorar a escrita e a compreensão de textos, a partir de obras literárias que apresentavam as mulheres como protagonistas de sua própria história.

Além disso, o projeto objetivava oferecer uma alternativa ao modelo da mulher objetificada apresentado pela grande mídia e proporcionar uma nova visão acerca do papel das mulheres na sociedade. Gina notou que algumas das meninas adolescentes e estudantes da periferia buscavam se adequar aos padrões exibidos na mídia, em propagandas e na sociedade, agindo da forma que entendiam que seriam aceitas, muitas vezes, o foco era se enquadrar em uma representação apelativa e sexual.

A professora buscou então apresentar outras identidades e referencial feminino e a partir disso repensar, ressignificar, ampliar o repertório cultural e abranger outras e novas concepções sobre as possibilidades de desenvolvimento da mulher na sociedade atual, para que as estudantes se inspirassem e os estudantes percebessem o real papel das mulheres na sociedade.

¹⁹ As informações deste capítulo foram obtidas com base nas matérias jornalísticas:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversariodebrasil2019/2019/04/21/noticia-aniversariobrasil2019,750388/projeto-mulheres-inspiradoras-transforma-educacao-em-escolas-publicas.shtml>; https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/educacao/2018/03/25/ensino_educacaobasica_interna,668451/projeto-mulheres-inspiradoras-vira-politica-publica-em-escolas-do-df.shtml; https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/06/interna_cidadesdf,571325/mulheres-inspiradoras.shtml e da entrevista concedida por Gina Vieira Ponte de Albuquerque, transcrita no apêndice deste trabalho.

O projeto, iniciado em 2014 envolvia cinco turmas do 9º ano em uma única escola em Ceilândia (CEF 12) e apresentava como metodologia a leitura de obras biográficas de mulheres de origens, cores, idades, histórias e culturas diversas. O seu público-alvo era alunos do 9º ano. As atividades do projeto foram realizadas com o apoio da professora Vitória Régia de Oliveira Pires. Ainda em 2014, o projeto recebe o 4º Prêmio Nacional de Educação e Direitos Humanos, apoiado pelo Ministério da Educação, pela Secretaria de Políticas para Mulheres e pela OEI (Organização dos Estados Ibero- Americanos). Em seguida veio a conquista do 8º Prêmio Professores do Brasil e do 10º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O projeto também foi o vencedor do 1º Prêmio Ibero – Americano. No total, o Mulheres Inspiradoras já levou para o Centro de Ensino Fundamental 12, de Ceilândia, mais de R\$ 100 mil em prêmios.²⁰

A professora Gina Vieira tem se apresentado em seminários diversos, fóruns, canais e universidades para difundir o conhecimento sobre a iniciativa e demonstrar a sua característica intrínseca de transformação social.

Em 2015, o projeto apresentou continuidade e contemplou mais outras sete turmas do 9º ano, na mesma instituição escolar. Em 2014 e 2015, o projeto atingiu 480 estudantes do 9º ano do CEF 12 em Ceilândia.

Em maio 2017, após o acordo de cooperação entre SEDF (Secretaria de Educação do Distrito Federal - ator interno - e CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina; OEI (Organização dos Estados Ibero- Americanos) – os dois últimos atores externos – cria-se efetivamente o projeto piloto do programa Mulheres Inspiradoras e a iniciativa tornou-se ativa em 15 escolas em 7 regiões administrativas do DF: Ceilândia, da Estrutural, de Planaltina, do Plano Piloto, de Samambaia, de Santa Maria e de Taguatinga. O projeto alcançou mais de 3 mil estudantes da rede pública do DF. Em 2018, o projeto tornou-se política pública e está, atualmente, presente em 41 escolas.

Além da leitura, o projeto fomentava a produção de textos autorais pelos alunos a partir de sua metodologia. Aos alunos, pedia-se que entrevistassem mulheres de sua comunidade ou de sua convivência que consideravam inspiradoras. A maioria entrevistou as mães e as avós. Então, após as entrevistas, delimitava-se a produção de um relato biográfico acerca das histórias de vida e trajetórias dessas

²⁰ Fonte: <http://www.internacional.df.gov.br/projeto-mulheres-inspiradores/>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

mulheres. A partir disso, verificava-se, muitas vezes, o fortalecimento de vínculos familiares e de maior conhecimento e contato com a própria história. Além disso, notou-se o resultado de as mães e avós se reconhecerem como mulheres inspiradoras após o trabalho de recuperação de sua história feito pelos estudantes.

Posteriormente, os relatos biográficos relatados pelos alunos, foram organizados e compilados em um livro. O livro leva o mesmo nome do projeto *Mulheres Inspiradoras* e foi lançado em 08 de março de 2016. O livro apresentou como organizadoras da obra Gina Vieira e Vitória Pires.²¹ A produção e lançamento do livro ocorreu após o projeto conquistar o primeiro lugar no Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos “Óscar Arnulfo Romero”, promovido pela Organização de Estados Ibero – americanos (OEI). O “Mulheres Inspiradoras” concorreu com 17 projetos de 18 países participantes. A premiação rendeu US\$ 20 mil para ser investido no projeto. Gina Vieira, então, teve a ideia de utilizar o prêmio para organizar um livro com os relatos dos estudantes. Tal medida daria longevidade e visibilidade ao projeto, além de prestar espaço para promover o protagonismo e importância das histórias narradas pelas alunas e alunos.

A força da narrativa é muito importante para a construção de identidades, e para formação de indivíduos cientes de seu lugar no mundo e de seu potencial para participação e exercício da cidadania. Devido à lógica de que os seres humanos aprendem pelo exemplo e pelas experiências e, muitas vezes, precisam sentir-se representados e incluídos nas histórias para se enxergarem como cidadãos. Dessa forma, a força da representatividade de uma educação libertadora é muito grande e tem o potencial de mudar a cultura e os paradigmas conhecidos. Como Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido* (1968) coloca:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. Em qualquer desses momentos, será sempre a ação profunda, através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação.

O desenho da política é inovador no conteúdo e na forma, pois traz à discussão temas como: equidade de gênero, novas masculinidades, educação em

²¹ Fonte: <http://www.guiadeceilandia.com.br/3346-2>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

direitos humanos, desconstrução do machismo, prevenção à violência, empoderamento feminino e representação da mulher nas grandes mídias²². (Edital de inscrição para formação de professores - programa 2018) a partir da discussão de obras literárias biográficas e narrativas de autoria feminina. A forma que se dá essas discussões pretende horizontalizar o ensino e instituir o aluno como agente de sua própria aprendizagem, por meio da pedagogia de projetos, metodologia em trabalho de grupos e participação ativa.

A partir de um acordo de cooperação internacional entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF – Corporação Andina de Fomento), a OEI (Organização dos Estados Ibero – Americanos) e o GDF, a iniciativa começou a ganhar propulsão. Em 2017 o programa foi implementado em 15 escolas do DF, e atualmente está presente em 41 escolas. Em média, 80 professores e professoras estão sendo treinados como multiplicadores da ação e mais de 1,5 mil obras de autoras femininas já foram distribuídas para instituições de ensino²³.

O acordo de cooperação que permitiu a expansão do projeto foi assinado em 6/2/2017, no Salão Nobre do Palácio do Buriti. Assinaram o documento o Governo do Distrito Federal, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) em prol da iniciativa que tem como um dos objetivos o empoderamento feminino e o combate ao machismo.

O evento contou com a presença do então governador do DF, Rodrigo Rollemberg (PSB), do secretário de Educação do DF, Júlio Gregório Filho, do diretor da OEI, Paulo Speller, do representante executivo do CAF, Vitor Rico, e da idealizadora e criadora do projeto, a professora da rede pública de ensino Gina Vieira Ponte de Albuquerque.²⁴

Nessa parceria o CAF ficou responsável por financiar os livros; o GDF por formar os professores selecionados; e a OEI por ser a gestora dos recursos. Com o acordo de cooperação, sete regiões administrativas: Santa Maria, Taguatinga,

²² Fonte: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/04/Mulheres-Insp-ANEXO-I-Aspectos-centrais-do-Projeto-Mulheres-Inspiradoras.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

²³ Fonte: <https://nacoesunidas.org/professora-do-df-debate-igualdade-de-genero-nas-escolas-com-obras-escritas-por-mulheres/>. Acesso em: 19/06/19.

²⁴Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/06/interna_cidadesdf,571325/mulheres-inspiradoras.shtml. Acesso em: 19/06/2019.

Ceilândia, Estrutural, Samambaia, Plano Piloto e Planaltina receberam o projeto. A expectativa era de que cerca de 1.550 estudantes fossem beneficiados.

Em 2018, o projeto é elevado ao patamar de política pública e passa a ser sustentado por recursos orçamentários governamentais. Segundo o Edital – 2018, os professores teriam liberdade para escolher as obras que mais se adequassem ao contexto sociocultural da comunidade onde a escola estava localizada e autonomia para desenvolver as discussões de modo que mais se adequassem às condições particulares de cada escola²⁵. O programa então funcionaria de modo que as professoras e professores receberiam formação e a unidade escolar receberia um acervo com cerca de 21 exemplares de cada obra selecionada, em 2017 as escolas receberam as obras: *O diário de Anne Frank*, *Quarto de um despejo: diário de uma favelada*, *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz*, *Não vou mais lavar os pratos* e *Malala: a menina que queria ir para a escola*.²⁶

A meta da secretaria de educação do D.F é de que todas as classes de 9º ano sejam contempladas até 2021.

Essa iniciativa também pretende elevar o status da escola pública como espaço para fortalecimento da democracia e expansão da transformação social. Também busca inscrever as mulheres na história, narrar as histórias das mulheres com foco em inspirar.

Figura 2 - Professora Gina Vieira com os alunos de Ceilândia em 2017.²⁷



²⁵ Fonte: <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/04/Mulheres-Insp-Edital-para-Divulga%C3%A7%C3%A3o-Mulheres-Inspiradoras-Etapa-2018.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

²⁶ Entrevista com Gina Vieira Ponte de Albuquerque. Apêndice. Quarta pergunta

²⁷ Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/06/interna_cidadesdf,571325/mulheres-inspiradoras.shtml. Acesso em: 10 de julho de 2019.

Capítulo 7 – Resultados

A partir da entrevista realizada com a idealizadora e executora do projeto, professora Gina Albuquerque (Apêndice, p.65) e de documentos e reportagens sobre o histórico e o desenvolvimento do programa, pode-se perceber que Gina Vieira, de certa forma, portou-se como empreendedora política segundo os modelos de múltiplos fluxos e equilíbrio pontuado, e que o papel das ideias na formulação da política realmente foi muito importante para sua propulsão por todos os valores que carrega. Gina ensejou pelo menos dois dos três valores determinantes dos empreendedores políticos, segundo Kingdon (2003, p.180, 181) como: habilidade de comunicação e persistência para levar à frente o empreendimento. Gina Vieira, em seu papel de empreendedora política, segundo as atribuições apresentadas nos modelos teóricos, está inserida em redes sociais e já participou de mais de 100 palestras sobre igualdade de gênero e educação em direitos humanos em escolas, universidades e centros de pesquisa, perpassando também por canais de mídia, para a disseminação e argumentação de suas ideias. Em 2018, foi a homenageada na 4ª edição da Bienal Brasil do Livro e da Leitura²⁸. Essa dinâmica pode ser entendida como o processo de *soften up* de disseminação de ideias em diversos fóruns. (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2007, p.92). Também integra o modelo de equilíbrio pontuado que estabelece o papel das empreendedoras políticas em arenas favoráveis que possam dar apoio e legitimar suas ideias (CAPELLA p.4 e 7, 2013; p.492, 2016, apud BAUMGARTNER E JONES, 1993).

Nota-se o objetivo do programa de governo “Mulheres Inspiradoras” como consonante ao artigo 6º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994, assinada pelo Brasil na forma do Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. O artigo 6º expressa que:

O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros: a) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e b) o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

²⁸ Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=rRM_FjzqBhY. Acesso em 11 de julho de 2019.

O desenvolvimento do projeto também está em conformidade com os princípios orientadores do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM – 2013-2015) elaborado pelo Governo Federal por intermédio da SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres), responsável pela sua coordenação e que estabelece como diretrizes, entre outros : a “participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas” (BRASIL, 2013, p.9).

É possível entender também que os apoios internacionais recebidos foram fundamentais para a visibilidade do projeto e para que ele angariasse recursos financeiros e finalmente fosse notado pela esfera política governamental. A política é muito recente, mas já demonstra os resultados colhidos. Avalia-se que é uma política com o desenho e o modelo muito efetivo para a transformação da socialização escolar e para uma educação libertadora e livre de preconceitos.

Nesse sentido, percebe-se o surgimento de um novo paradigma de formulação de políticas públicas com foco na prevenção e na alteração de antigos padrões socioculturais, assim como na elevação dos modos discursivos, culturais e de tratamento entre os sexos. Entende-se que o papel das ideias é difuso em relação aos seus objetivos por ser um programa multidisciplinar, abrangente e transversal. O projeto propõe a democratização e oferece um exemplo de democracia participativa ao trazer as discussões de gênero para sala de aula e buscar, assim, diminuir as desigualdades entre os sexos e promover uma democracia e sociedade mais legítima, mais libertadora e inclusiva a partir do foco na socialização de adolescentes. Evidencia-se esse aspecto também ao trazer para a esfera participativa, de debate, pluralista e de atuação da cidadania que é a escola, assuntos que anteriormente eram considerados exclusivos da esfera privada, sob a lógica do silenciamento. Então, o debate de temas no sentido de dar fala, voz e protagonismo aos estudantes em espaços onde existia silenciamento é transformador e quebra paradigmas.

As dificuldades que surgiram desde a criação do projeto e percebidas pela idealizadora do projeto foram: a resistência inicial ao tema e à metodologia por parte dos estudantes; dificuldade em relação à obtenção do acervo no ano inicial do projeto (2014) devido à falta material dos títulos selecionados na escola.

Os desafios encontrados na implementação da política pública Mulheres Inspiradoras foram: em 2017 (ano de criação do projeto piloto da política) o próprio caminho de desenvolver um programa do início sem ter antecedentes de outros programas com processos similares para se basear e falta de pessoal para lidar com uma grande demanda de orientação do trabalho a ser realizado; o que demonstra a falta de priorização orçamentária governamental para o programa. Outro desafio foi o desenvolvimento de uma linguagem e requisitos mais maleáveis na formulação do edital em 2018 para formação de professores, para atingir e convidar mais educadores a exercer o programa em sala de aula.

Para entender o processo de concretização do “Mulheres Inspiradoras” utilizou-se um modelo híbrido dos modelos de Kingdon e do modelo do equilíbrio pontuado.

Os atores internacionais (CAF e OEI) e os prêmios recebidos promoveram visibilidade e apoio à expansão do programa, o que representa o caráter em rede do desenvolvimento do projeto/ política pública, por apresentar a participação de atores variados (internos e externos, privados e públicos). A mídia apresentou um papel positivo para a visibilidade do programa, desenvolvimento e comprovação de uma imagem positiva da política. Nesse aspecto, o modelo de equilíbrio pontuado demonstra-se mais adequado como unidade de análise, por considerar a mídia relevante no processo de promoção da política e também por apresentar a perspectiva de mudança em política pública como uma etapa não incremental (BAUMGARTNER E JONES, 1993 apud CAPELLA, 2007, p.115, 120)

Gina Albuquerque relata que, além de Brasília, escolas municipais de Campo Grande (prefeitura PSD) também passaram a apresentar o projeto a partir de 2018. O processo de adesão deu-se da seguinte forma: A Dra. Jaqueline Machado, juíza da Vara de Violência contra a mulher, teve conhecimento sobre o projeto a partir de um vídeo produzido pelo prêmio Claudia e demonstrou interesse em aplicá-lo também em Campo Grande. A assessoria então entrou em contato com a Professora Gina que se mobilizou para Campo Grande com duas professoras do projeto - Cristiane Portela e Bruna Vieira - e lá elas ministraram um curso de formação de professores. Em 2019, elas planejam retornar para conversar com os professores que participaram do curso de formação e também para formar novas professoras de outras escolas para apresentarem o projeto.

No processo de adesão ao projeto em Campo Grande (Mato Grosso do Sul) observa-se que pode ter havido efeito de difusão regional, segundo o qual estados são primordialmente influenciados por outros geograficamente próximos que apresentam/apresentaram problemas sociais parecidos e então os primeiros desenvolvem comportamento de emulação de modelos previamente estabelecidos (BERRY; BERRY, 2007, p. 229). Outro modelo relatado na literatura é o de Leader-Laggard, em que um estado se apresenta como o líder em inovações e outros estados seguem o mesmo caminho (BERRY; BERRY, 2007, p. 230). O modelo de Leader-Laggard desenvolvido por Collier e Messick (1975) determina que as inovações fluem das unidades federativas mais desenvolvidas economicamente para as menos desenvolvidas (BERRY; BERRY, 2007, p. 230). Entretanto, não se observou isso no processo de difusão do “Mulheres Inspiradoras” pois, Ceilândia apresenta um PIB per capita de: R\$ 915,81 e população de 489.351²⁹; enquanto que Campo Grande apresenta PIB per capita de: R\$ 29.442,66 e população de 786.797³⁰. Então, depreende-se que, nesse caso, não há relação entre desenvolvimento econômico e desdobramento de processos criativos/inovadores.

Outro mecanismo observado pode ser explicado pelo modelo de isomorfismo – *isomorphism models* – em que se explica o processo de difusão de políticas públicas pela semelhança entre unidades federativas. Grossback, Nicholson-Crotty e Peterson (2004) enfatizam principalmente a importância da similaridade ideológica, propõem então maior probabilidade de adoção de políticas entre estados ou unidades federativas que se comportam de forma semelhante segundo o espectro ideológico (conservador – progressista) (BERRY; BERRY, 2007, p. 231).

Portanto, entende-se que Campo Grande comportou-se a partir das posturas de aprendizagem e emulação. Tais disposições constituem-se em vantajosas para o estado ou município que as adotam, pois se relatam a uma economia de custos de desenvolver uma política completamente nova, há também o benefício de se utilizar de uma política já desenvolvida e que já se conhece os

²⁹ Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia,583776/em-crescimento-acelerado-economia-de-ceilandia-ja-representa-10-do-p.shtml>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

³⁰ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

resultados e repercussão, o que diminui os riscos políticos e eleitorais, em comparação com o processo de inovação.

Ainda sobre o caso de Campo Grande, nota-se que a mídia e as comunicações em geral, tiveram papel indispensável na ligação Brasília – Campo Grande e na reprodução do projeto em escolas campo-grandenses. Os canais pelos quais uma ideia é transportada evidenciam-se essenciais para a difusão de políticas.

Entende-se que o projeto Mulheres Inspiradoras se realizou como bem-sucedido e sustentável, pois demonstrou-se adequado à situação orçamentária e apresentou uma boa relação custo-benefício para adoção nas cidades tanto de Brasília e quanto em Campo Grande pelos órgãos governamentais. Então, o projeto logrou boa aceitação por ser eficaz e por apresentar custos moderados - há o custo de preparação e formação das professoras e professores, disponibilidade de salas -. Apresenta-se então como evidência das ideias de custos toleráveis e capacidade técnica desenvolvidos por Kingdon para a sobrevivência de uma ideia, solução ou alternativa no meio político (KINGDON 2003 apud CAPELLA, 2007, p.87-95, 98).

O projeto/programa mostrou-se viável do ponto de vista técnico e de implementação nas escolas, possibilitando com isso, o seu sucesso e a sua sobrevivência no meio político.

Quadro 2. Apresentação do marco lógico.

	Conteúdo da intervenção	Indicadores	Fontes de verificação	Riscos e Premissas, Suposições Importantes
Objetivos Específicos	Aumentar a participação dos estudantes e a escrita autoral	Baixo aproveitamento dos estudos, índices de interpretação de textos, baixa motivação e engajamento dos estudantes em aula	MEC, provas de avaliação do 9º ano. Observação em aula pela professora	Falta de incentivo à leitura, falta de infra-estrutura, pobreza estrutural, falta de livros e materiais nas escolas, marginalização pelo Estado, falta de recursos orçamentários prioritários para a educação pública

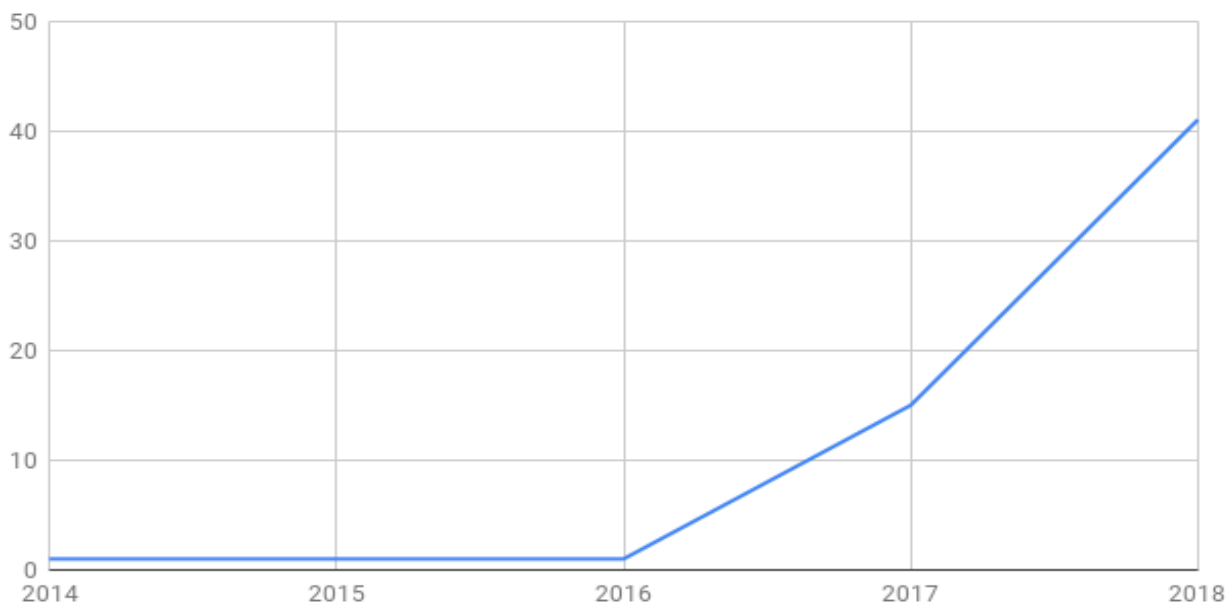
<p>Objetivo Geral/ Transversal</p>	<p>Melhorar a percepção e apresentar alternativas ao modo como a mulher é apresentada, apresentar uma alternativa à visão midiática</p>	<p>Percepção de pouca valorização de outras qualidades da mulher, supervalorização de atributos sexuais e objetificação dos corpos femininos, padrões inalcançáveis para mulheres gerando baixa autoestima.</p>	<p>Observação social</p>	<p>A cultura contribui para a percepção da autoimagem das mulheres e para o tratamento das mesmas na sociedade. Papéis de gênero fixos e estereotipados que retiram ou diminuem a liberdade de ser da mulher e também do homem.</p>
<p>Atividades</p>	<p>Curso de Formação de professores, compra de livros de autoras femininas autorais, discussão em sala, produção pelos alunos de textos autorais</p>		<p>Dados e índices da Secretaria da Educação e da distribuição do orçamento governamental.</p>	<p>A discussão e a apresentação de novos pontos de vista contribuiriam para a elevação da imagem da mulher na sociedade, melhora da autoestima e melhora na produção de textos autorais</p>
<p>Resultados</p>	<p>Diminuição dos preconceitos, promoção de uma visão de igualdade de gênero, maior aproximação e identificação dos estudantes com suas próprias histórias, maior engajamento dos alunos em relação à escrita, as professoras repensam a própria prática pedagógica; ampliação do repertório de leitura dos estudantes e impacto da</p>		<p>Observação nas aulas. Público-alvo: alunos do 9º ano</p>	

	utilização de um acervo diversificado; promovendo então participação e discussão sobre temas recorrentes do cotidiano dos alunos. Percepção da possibilidade de ocupação de novos espaços pelas estudantes			
--	--	--	--	--

Elaboração: Autora.

O Quadro 2, a Tabela 3 e as Figuras 3 e 4 foram sintetizados a partir de informações colhidas em matérias jornalísticas e a partir da entrevista.

Figura 3. Gráfico que demonstra a adesão de escolas ao programa Mulheres Inspiradoras longo do tempo.



Fonte: Autora.

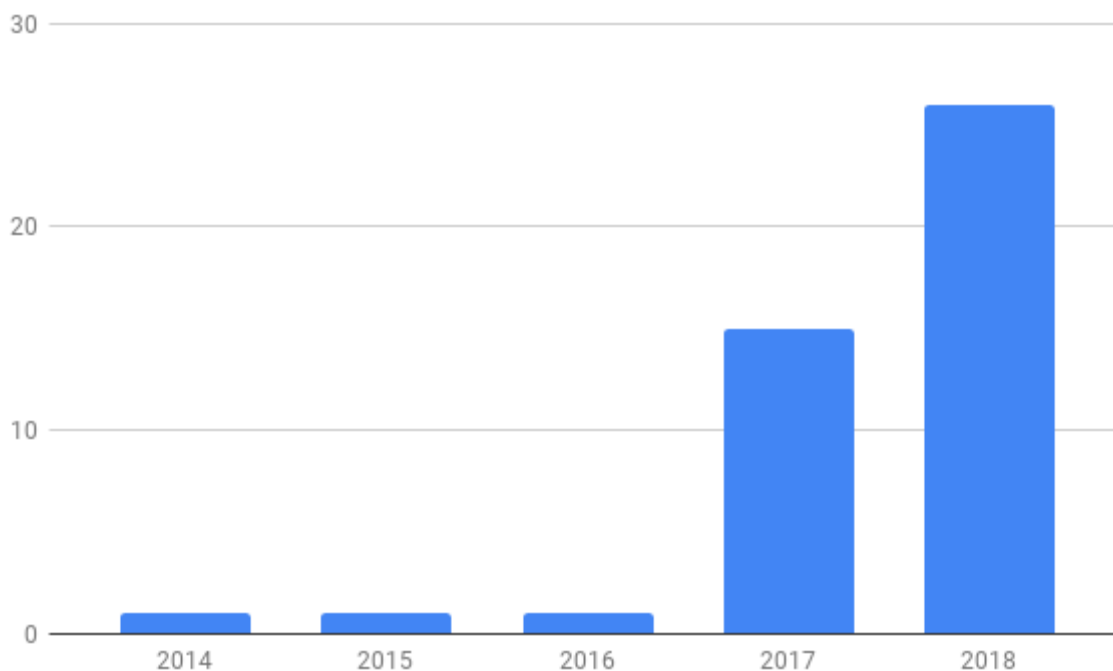
Atualmente, o programa Mulheres Inspiradoras está presente em 41 escolas.

Tabela 3. Representa o número de escolas que aderiram ao projeto a cada ano:

2014	1
2015	1
2016	1
2017	15
2018	26

Elaboração: autora, a partir da entrevista.

Figura 4. Gráfico que representa o número de escolas que aderiram ao projeto/programa por ano.



Elaboração: autora

Em 2019, optou-se por não expandir a política pública e sim concretizar sua ação nas 41 escolas participantes.

Conclui-se que a política pública “Mulheres Inspiradoras” possui potencial de transformação social a longo prazo. A partir dos relatos dos alunos, presenciados pelas professoras participantes do projeto, entende-se a relevância da ação para o desenvolvimento social e comunitário de cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as políticas públicas para mulheres se concretizaram como importantes marcos legal-institucionais. É preciso agora ampliar o leque e acolher políticas que busquem e pretendam prevenir a violência, no geral, e especificamente contra as mulheres, a partir de uma socialização educadora e libertadora em ambientes de aprendizado, como a escola; portanto, por meio da ação focada na cultura. A escola pública como palco primeiro dessas inovações possui um caráter simbólico.

A cultura é importante para produzir seres livres, conscientes e cientes do lugar que ocupam no espectro majoritário global, a informação livre e a cultura trabalham para favorecer a descoberta dos seus próprios interesses e demandas. Os avanços do feminismo e do movimento de mulheres e suas organizações em ONGs foram fundamentais para o início e desenvolvimento de políticas públicas para mulheres, assim como o apoio de organismos internacionais. É preciso agora contar com o apoio das estruturas institucionais e governamentais do Estado, com a alocação orçamentária e prioritária de recursos públicos para ações preventivas à violência contra mulheres.

As políticas públicas, para funcionarem de forma efetiva e eficaz devem ser entendidas e encaradas como organismos vivos, passíveis de reformulação e (re) adequação a partir de entidades de monitoramento que analisam, a partir dos dados, a real eficácia e eficiência daquela política para determinado espaço e tempo.

Os projetos e iniciativas populares apresentam caráter espontâneo de surgimento e necessitam de apoio para conseguir se firmar como política pública e garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Por fim, depreende-se que a democracia participativa defende a ampliação dos espaços de discussão política e julga que o período eleitoral “é insuficiente para promover a qualificação das cidadãs e cidadãos” (MIGUEL, 2005, pág.8). “É necessário que as pessoas comuns estejam presentes na gestão das empresas, das escolas, enfim, que a participação democrática faça parte de seu dia a dia” (MIGUEL, 2005, pág.8). A teoria do multiculturalismo tem como fundamento “a

afirmação das características distintivas dos diversos grupos presentes na sociedade nacional” (MIGUEL, 2005, pág.8), ou seja, baseia-se na diversidade.

Apresentou-se a visão de alguns teóricos acerca de que as políticas públicas tendem a ser desenvolvidas por um modo incremental, porém a política pública estudada constitui-se em uma inovação, que chamou a atenção de atores internacionais e, por fim, da Secretaria de Educação do D.F, justamente pela novidade de seu conteúdo e forma.

A difusão do projeto para a cidade de Campo Grande demonstra a aplicabilidade do projeto em outras dimensões territoriais e físicas, e a facilidade de técnica e de adequação de implantação do projeto em outras escolas, demonstrando também a permeabilidade do problema de padrões danosos de gênero em diferentes realidades brasileiras.

Projetos inovadores e a sua efetivação em políticas públicas são exemplos de uma participação efetiva e cidadã na sociedade. A transformação social percorre essas iniciativas orgânicas e naturais que surgem por demanda própria e produzem resultados e impactos duradouros. O conteúdo da política pública inscreve as mulheres na história e modifica o olhar que elas têm de si mesmas e a concepção que a sociedade possui sobre elas, a partir de outras linguagens. Um esforço de despatriarcalização e decolonização do Estado e de receptividade a ideias e iniciativas de vanguarda são elementos constituintes da democratização.

A política pública “Mulheres Inspiradoras” possui um potencial de expansão e de agregação de melhora das relações de gênero a longo prazo, e depende do apoio financeiro estatal para que isso aconteça.

A ciência política possibilita a visão e o estudo sobre a atual configuração do estado das coisas e assim permite uma maior consciência acerca das estruturas de poder e relacionais; por outro lado possibilita também a visão sobre o potencial de transformação dessas mesmas estruturas e relações, por meio da ação social, coletiva e individual.

Esta pesquisa obteve como resultados a exposição dos processos de implementação de uma política pública inovadora e de seu modo de difusão.

Espera-se contribuir para o avanço do conhecimento a partir da exposição efetuada entre os modelos teóricos e o estudo de caso prático.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gina Vieira Ponte de. *Entrevista concedida a Paula Alcântara Araújo Vieira*. Brasília, 20 de junho de 2019.

ARRUDA, Maria Clara; CAMPELLO, Luciana; MELLO, Leonardo José A. de; NEVES, Paula Carvalho. Democracia e gênero: implantação de políticas públicas para mulheres. Coordenação de: Márcia Costa Alves da Silva. Rio de Janeiro: IBAM, SPM, 2015. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/3ago15_democracia_e_genero_implimentacao_politicas_publicas_para_mulheres.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2019.

ASPECTOS CENTRAIS DO PROJETO MULHERES INSPIRADORAS. SEDF, 2018. Disponível em <www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Mulheres-Insp-ANEXO-I-Aspectos-centrais-do-Projeto-Mulheres-Inspiradoras.pdf>. Acesso em: 11/07/2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.293-312. (*Texto elaborado, em sua primeira versão (2011), com a colaboração da professora Tânia Mara Campos de Almeida)

BANDEIRA, Lourdes Maria. *Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação*. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Julho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>(*Texto elaborado, em sua primeira versão (2011), com a colaboração da professora Tânia Mara Campos de Almeida)

BEAUVOIR, Simone de. Os dados da biologia. *O segundo sexo*. Paris: Gallinard [1949]. Tradução Sérgio Milliet. - 2. Ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.p. 1-58.

BERRY, F.S; BERRY, W.D. Innovation and Diffusion Models in Policy Research. In: Sabatier PA, editor. *Theories of the Policy Process*. California: Westview Press; 2007. P.223 – 249.

BRASIL. DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996. **Decreto que promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**, Brasília, D.F, Agosto 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]**, Brasília, D.F, Agosto 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009. **Mudanças da Lei do Estupro**, Brasília, D.F, agosto 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. **Lei do Femicídio**, Brasília, D.F, março 2015. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.641. DE 3 DE ABRIL DE 2018. **Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência**, Brasília, D.F, abril 2018. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018. **Tipifica os crimes de importunação sexual [...]**, Brasília, DF, setembro 2018. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm>.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.114 p.: il. Disponível em: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/PlanoNacionaldePolíticasparaasMulheres20132015.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2019.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* [1990]. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 13-49.

CAPELLA, Ana Cláudia. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. *Revista Agenda Política*, vol.3, n.2, p.239 – 257, 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia; LEITE, Leonardo Queiroz. Inovação, mudança e defesa de ideias em políticas públicas: o papel dos empreendedores. *XXXVII Encontro da Anpad*. P. 1 – 15, 2013.

CAPELLA, Ana Cláudia. O papel das ideias na formulação de políticas públicas. *Encontro de Administração Pública e Governança*. P. 1 – 10, 2006.

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.p.87 – 121.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. Cad. EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. spe, p. 486-505, Julho 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512016000700486&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de julho de 2019.

COÊLHO, Denilson B; CAVALCANTE, Pedro; TURGEON, Mathieu. *Mecanismos de difusão de políticas sociais no Brasil: uma análise do Programa Saúde da Família*. Revista de Sociologia e Política. Vol. 24, n. 58, jun-2016.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, “CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ”. Disponível em <<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 29/06/2019

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. Revista Labrys, Estudos Feministas, Brasília, v. 7, 2005.

CRIMES DE FEMINICÍDIO TENTADO E CONSUMADO NO DISTRITO FEDERAL. Ssp.df, 2017. Disponível em <http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/estatstica-048_2017-feminicidio-no-df_09mar15-a-31dez16.pdf>. Acesso em: 30/06/2019.

CRIMES DE FEMINICÍDIO TENTANDO E CONSUMADO NO DISTRITO FEDERAL. Ssp.df, 2018. Disponível em: <www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Estatística-012_2018-Feminicídio-no-DF_Jan_dez-2016_17.pdf>. Acesso em: 10/07/2019.

CRIMES DE FEMINICÍDIO TENTADO E CONSUMADO NO DISTRITO FEDERAL. Ssp.df, 2019. Disponível em <http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-020_2019-Feminic%C3%ADio-no-DF_1semt_19.pdf>. Acesso em: 10/07/2019.

EM CRESCIMENTO ACELERADO, ECONOMIA DE CEILÂNDIA JÁ REPRESENTA 10% DO PIB DO DF. Correio Brasiliense, 2017. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversario-de-ceilandia/2017/03/27/noticia-aniversariodeceilandia,583776/em-crescimento-acelerado-economia-de-ceilandia-ja-representa-10-do-p.shtml>>. Acesso em: 11/07/2019.

FEMINISMO NEGRO: SOBRE MINORIAS DENTRO DA MINORIA. Geledes, 2016. Disponível em <www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>. Acesso em: 10/07/2019.

FREIRE, Paulo. Justificativa da pedagogia do oprimido. *Pedagogia do Oprimido* [1968]. 68ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019. P. 39- 78.

FRITZEN, Scott; HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; WU, Xun. *Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. Brasília: Enap, 2014. Traduzido por Ricardo Avelar de Souza.

GINA VIEIRA PONTE DE ALBUQUERQUE – HOMENAGEADA DA 4º BIENAL DO LIVRO E DA LEITURA. Youtube, 2018. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=rRM_FjzqBhY>. Acesso em: 11/07/2019.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Rede Integrada de Atendimento às Mulheres. Coordenação para Assuntos da Mulher. 2009. P. 2- 32.

GUTIÉRREZ, Rachel. *O feminismo é um humanismo* [1985]. Rio de Janeiro: Edições Antares; São Paulo, Nobel, 1985.

JANUZZI, Paulo de Martino. *Programas Sociais. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais*. 1ª Ed. Campinas: Alínea, 2016.p.14-39.

KINGDON, John W. *Agendas, alternatives and public policies*. 2nd edition. 2003.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Gender and political violence in Latin America. *Política y gobierno*, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016. Disponível em:<<http://www.scielo.org.mx/pdf/pyg/v23n1/1665-2037-pyg-23-01-00127-en.pdf>>

LIVRO “MULHERES INSPIRADORAS” ESCRITO POR PROFESSORA E ESTUDANTES DE CEILÂNDIA É LANÇADO EM NOITE DE AUTÓGRAFOS. *Guiadeceilandia*, 2016. Disponível em <www.guiadeceilandia.com.br/3346-2/>. Acesso em: 30/06/2019.

MARCHA DAS MARGARIDAS: ENTENDA O QUE É E QUEM SÃO ELAS. Ebc, 2015. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/marcha-das-margaridas-entenda-o-que-e-e-quem-sao-elas>>. Acesso em: 10/07/2019.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 57-118, Dec. 2014 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Julho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430057>.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. BIB, São Paulo. Nº 59, 1º semestre de 2005, p. 5-42.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, n.16, vol.2, 2008; p. 305 – 332.

O CASO MARIA DA PENHA NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OEA. Compromissoeatitude, 2012. Disponível em <<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-caso-maria-da-penha-na-oea/>>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

O NOVO FEMINISMO. Istoé. Disponível em: <https://istoe.com.br/216256_O+NOVO+FEMINISMO/>. Acesso em: 02/07/2019.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. [1988]. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993. Tradução Marta Avancini. P. 15 – 63.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES GANHAM ESPAÇO NO PAÍS. Brasil.gov, 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/politicas-publicas-para-as-mulheres-ganham-espaco-em-estados-e-municipios>>. Acesso em: 08 de julho de 2019.

POPULAÇÃO ESTIMADA DE CAMPO GRANDE. IBGE, 2018. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>>. Acesso em: 11/07/2019.

PROFESSORA CRIA PROJETO DE VALORIZAÇÃO DA MULHER E LEVA PRÊMIOS PARA ESCOLA DO DF. Portal. MEC. gov.; Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/42321>>. Acesso em: 02/07/2019.

PROFESSORA DO DF DEBATE IGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS COM OBRAS ESCRITAS POR MULHERES. Disponível em <nacoesunidas.org/professora-do-df-debate-igualdade-de-genero-nas-escolas-com-obras-escritas-por-mulheres/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

PROJETO MULHERES INSPIRADORAS SERÁ EXPANDIDO PARA 15 ESCOLAS DO DF, Correio Brasiliense, 2017. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/02/06/interna_cidade_sdf,571325/mulheres-inspiradoras.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2019.

PROJETO MULHERES INSPIRADORAS TRANSFORMA A EDUCAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS. Correio Brasiliense, 2019. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/aniversariodebrasil2019/2019/04/21/noticia-aniversariobrasilia-2019,750388/projeto-mulheres-inspiradoras-transforma-educacao-em-escolas-publicas.shtml>>. Acesso em: 30/06/2019.

PROJETO 'MULHERES INSPIRADORAS' VIRA POLÍTICA PÚBLICA EM ESCOLAS DO DF. Correio Brasiliense, 2018. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_educacaobasica/2018/03/25/ensino_educacaobasica_interna,668451/projeto-mulheres-inspiradoras-vira-politica-publica-em-escolas-do-df.shtml>. Acesso em: 30/06/2019.

QUASE METADE DOS FEMINICÍDIOS SÃO COMETIDOS POR ARMAS DE FOGO, REVELA ESTUDO. Época, 2019. Disponível em <<https://epoca.globo.com/quase-metade-dos-feminicidios-sao-cometidos-por-armas-de-fogo-revela-estudo-23389773>>. Acesso em: 10/07/2019.

ROGERS, Everett M. *Diffusion of Innovations*. Attributes of Innovations and their rate of adoption. 4th Ed., [1995]. p.204-245.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e estado*, Brasília, v. 21, n. 1, 2006, p. 109-130. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Julho 2019.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13, n.2, p.265-284, 2005.

SELEÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES E DE PROFESSORAS E PROFESSORES PARA A ETAPA 2018 DO PROGRAMA MULHERES INSPIRIDORAS: POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE PROCESSOS AUTORAIS EM LEITURA E ESCRITA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO. SE.DF, 2018. Disponível em < www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Mulheres-Insp-Edital-para-Divulgação-Mulheres-Inspiradoras-Etapa-2018.pdf>. Acesso em: 20/06/2019.

APÊNDICE

Transcrição da entrevista realizada com Gina Vieira Ponte de Albuquerque

ALBUQUERQUE, Gina Vieira Ponte de. *Entrevista concedida a Paula Alcântara Araújo Vieira*. Brasília, 20 de junho de 2019.

Entrevista com Gina Vieira Ponte de Albuquerque

1) Como e quando (em quais circunstâncias) surge a ideia de criar o programa de governo Mulheres Inspiradoras?

Gina Vieira: “Na verdade, a criação do projeto Mulheres Inspiradoras, embora ela tenha acontecido efetivamente em 2014, ela reporta à uma época anterior. Em 2003, eu enfrentei um quadro depressivo grave associado muito ao que eu vinha percebendo no meu trabalho. Eu decidi ser professora porque eu queria ser agente de mudança, eu tinha muito claro que eu queria ser parte do processo da transformação que a educação trás para a vida das crianças e dos adolescentes; e aí quando eu comecei a trabalhar com adolescentes eu percebi que eles viravam as costas para a escola. Eu lembro que repetidas vezes eu entrava em sala de aula e a cena pedagógica que eu via era a sala de aula transformada num caos. E isso foi piorando porque eu estava justamente na escola onde 11 anos antes eu havia sido aluna, que era a escola da minha comunidade, onde estudaram os meus amigos de infância, àquela altura alguns eram filhos dos meus amigos de infância. E aí o projeto Mulheres Inspiradoras ele materializa meu desejo de ressignificar minha prática pedagógica, porque depois que eu adoeci eu fiquei cerca de 10 meses afastada da escola e nesse ínterim né, de lá pra cá, eu fui buscando ressignificar minha prática pedagógica pra tornar a escola um lugar onde os jovens queiram estar, porque depois que eu estudei eu consegui responder à pergunta que me incomodava que era 'por que que os jovens viram as costas para a escola?'. Aos poucos, depois de fazer 3 especializações pela UnB, vários cursos de extensão, eu descobri que o jovem vira as costas para a escola porque na maioria das vezes a escola vira as costas para ele. Nós temos um modelo educacional ultrapassado, obsoleto, instrucionista, muito baseado na cópia, na repetição, na reprodução, um

modelo educacional com currículo eurocentrado que ignora as identidades dos estudantes da periferia, do estudante negro, do estudante indígena. A gente tem um currículo que não conta a história do Brasil que não seja na perspectiva do colonizador, então esses conteúdos que a gente leva para os estudantes eles trabalham muito mais na lógica de produzir obediência, subalternidade e silenciamento do que para de fato ajudá-los a pensar criticamente o mundo, exercitar a imaginação, a criatividade, se reconhecerem no espaço escolar, se sentirem pertencendo a ele. Então, o projeto Mulheres Inspiradoras ele nasceu quando eu percebi que eu precisava me ressignificar como professora, que eu precisava ressignificar minha prática pedagógica, que eu precisava contestar a cultura escolar. Eu percebi que havia práticas e discursos que já estavam naturalizados, cristalizados dentro da escola e que deviam ser repensados.

Eu também acho importante destacar que nesse processo de indagar, questionar: 'por que que os jovens resistem tanto ao que a escola propõe', 'por que que os jovens viram as costas para a escola', ao perceber que de fato temos um currículo eurocentrado, a gente também tem metodologias inadequadas que não cooperam para o desenvolvimento do estudante, as metodologias como eu mencionei são muito associadas à repetição, à cópia, à reprodução, há pouco espaço para que o jovem se expresse, para que ele fale, para que ele se coloque.

Então eu tive que repensar o meu trabalho pedagógico em todas as perspectivas, tanto do ponto de vista dos conteúdos que a escola esperava que eu levasse para os estudantes, mas também a forma como esses conteúdos deveriam ser trabalhados, processos didáticos metodológicos que acontecem dentro da escola. E aí depois que eu vi os teóricos né, os grandes teóricos, eu percebi que era importante ouvir os meus alunos né, ouvir os estudantes, ouvir o que os estudantes tinham pra dizer. Então eu passei a circular ainda mais perto dos alunos, a conversar mais com eles, a interagir para além do espaço da sala de aula, nos intervalos, e percebi que os estudantes falavam muito de redes sociais, isso ainda na época do Orkut, eu acho que isso era por volta do ano de 2007, não sei precisar, 2005, não sei exatamente quando, mas foi nesse período que eu percebi que redes sociais era uma coisa que os mobilizava muito, eu passei a usar as redes sociais como ferramenta pedagógica e quando eu migrei do Orkut para o Facebook - veio o

boom do Facebook - foi quando eu deparei com um vídeo de uma estudante de 13 anos da minha comunidade que me fez pensar uma série de coisas. A menina produziu o vídeo né, ela selecionou a música e ela se gravou dançando, de maneira muito erotizada, uma música que desqualificava profundamente as mulheres. E aí aquilo me incomodou pelos riscos que a menina corria de ter a imagem dela levada para alimentar um site de pornografia, um site de pedofilia, me incomodou pelo risco que a menina corria de ser/ficar estigmatizada, porque a gente tem uma cultura muito machista, e aí eu decidi mais uma vez estudar pra entender: 'por que que as meninas empreendam aquele tipo de comportamento'. E nas minhas pesquisas eu percebi que os grandes responsáveis pela indústria cultural, os grandes protagonistas dos conteúdos que são veiculados na publicidade, na televisão, na internet, são os homens. E esses homens colocam em evidência uma referência de mulher que reporta muito à mulher objetificada. Então, se a gente pensar nas produções, por exemplo, dos contos de fada, eles trazem sempre a representação da princesa como alguém sem protagonismo, alguém que sofre por amor, alguém que rivaliza com outras mulheres para obter atenção de um homem, alguém que ocupa o espaço doméstico como a Branca de Neve que vai fazer faxina na casa dos sete anões, ou a Cinderela que vai limpar o borrinho né, e não é à toa que ela é chamada de borradeira também, mas não pára por aí. Além dos Contos de Fada que ensinam para as meninas que elas não tem protagonismo e que elas dependem de um príncipe para serem felizes, nós temos também as representações das mídias hegemônicas né, então se a gente pensar nos grandes ícones que formaram o imaginário de meninas e mulheres a gente vai lembrar das Chacretes, da Grechten, Tiazinha, Feiticeira, Loira e Morena do Tchan, Mulher Melão, Mulher Melancia. Sempre mulheres performando dentro de um *script* que as coloca como mero objeto de desejo masculino, isso constitui as identidades das meninas e dos meninos. As meninas passam a acreditar que o que de mais importante que elas podem fazer da vida é ser objeto do desejo masculino e os meninos crescem com essa ideia de que as meninas são apenas objeto da vontade deles e aí a gente tem o quadro que nós temos que é uma alta incidência de violência contra a mulher e um alto número de mulheres que se submetem a relações abusivas em nome de manter relações e se sentirem validadas como mulheres, porque esse é o critério que a cultura traz pra elas.

Nesse momento eu percebo então que pra eu conversar, não só com aquela menina, mas com todas aquelas meninas e meninos para quem eu dava aula naquele ano, sobre essa temática, eu precisaria de um projeto mais consistente, que durasse mais tempo, que me permitisse discutir essas questões de diferentes perspectivas. E aí surge o projeto Mulheres Inspiradoras que tem como máxima a ideia de que para que a gente possa conversar sobre masculinidades hegemônicas e novas possibilidades identitárias para as meninas, um ponto de partida interessante é apresentar outras referências a partir das quais meninos e meninas pudessem se inspirar, então tirar o foco dessas mulheres objetificadas que são as que mais recebem visibilidade e colocar o foco em grandes mulheres que deixaram grandes legados, que foram protagonistas da sua própria história e que não se contentaram em performar dentro do *script* que é imposto pelos homens, que é aquele que diz que o que nós sabemos fazer é ser objeto do desejo dos homens, é casar e ter filhos. A ideia era, a partir do estudo da biografia de grandes mulheres contestar essa máxima que atravessa toda a nossa cultura”.

2) O formato e a metodologia do programa são inovadores. Como eles foram concebidos?

Gina Vieira: “Então, o formato e a metodologia do projeto Mulheres Inspiradoras foram concebidos a partir desse longo processo de ressignificação da minha prática pedagógica. Eu acho interessante destacar isso porque a gente às vezes tem a ideia de que pra fazer algo que faça diferença, a gente vai fazer isso da noite para o dia, e a minha experiência me mostra que a gente precisa ter repertório, repertório de leitura, de formação e repertório de vivências também. Então as metodologias que foram utilizadas no projeto Mulheres Inspiradoras, que foram criadas para o projeto elas são resultado de uma caminhada pedagógica de mais de 25 anos, muito do que foi feito no Mulheres Inspiradoras como por exemplo: o projeto Diário de Bordo, o projeto Leitor Escritor, o trabalho com áudio-visual; tudo isso foi resultado de um esforço que eu já vinha fazendo desde 2003 para ressignificar minha prática pedagógica, para levar um trabalho pedagógico com mais intencionalidade, com mais clareza de propósito, que garantisse processos pedagógicos mais ricos, que, sobretudo, promovesse metodologias capazes de envolver e engajar os estudantes. Então, todos os processos e todas as

metodologias que foram construídos para o desenvolvimento do projeto Mulheres Inspiradoras, eles são fruto de um grande processo de estudo, pesquisa, fortalecimento da minha formação e também experiencição né, eu levava propostas para a sala de aula, sentia qual era o impacto, que retorno que trazia e que resultado promovia entre os alunos. Então, o projeto nasce daí, dessa jornada, dessa caminhada pedagógica”.

3) Qual é o objetivo principal da política pública Mulheres Inspiradoras? E quais são os objetivos secundários?

Gina Vieira: “O principal objetivo da política pública hoje é promover a valorização de mulheres a partir de práticas de leitura e de escrita. A propósito, esse é o nome oficial do programa, Mulheres Inspiradoras - política de valorização de mulheres a partir de prática de leitura e escrita. Eu acredito que quando em 2017 nós fomos convidados por um organismo internacional pra pensar formas de ampliar o projeto Mulheres Inspiradoras e levá-lo pra mais escolas, o que mais me mobilizou na proposta, o que mais me apeteceu, foi a ideia de que a partir do projeto Mulheres Inspiradoras a gente pudesse fazer uma reflexão sobre a necessidade de a gente construir um novo paradigma educacional, de a gente superar a lógica instrucionista que impõe aos estudantes a tarefa de ficarem horas na escola como meros copistas, como meros repetidores, como meros ouvintes e expectadores dos professores. Então, eu penso que o objetivo principal do projeto Mulheres Inspiradoras é promover um reflexão sobre que escola é essa que nós temos que produz tanta evasão, tanta repetência, pouco aprendizado, e como é que a gente a partir dessa escola real que nós temos, como a gente consegue pensar em uma outra escola, na escola que queremos, mas todo mundo junto com os estudantes, educadores, com os demais profissionais que atuam na escola, gestores, com a sociedade e a comunidade. Então o objetivo principal do projeto Mulheres Inspiradoras é promover a reflexão sobre a necessidade urgente de uma outra escola, é mostrar que uma outra escola é possível, e isso é feito a partir da promoção dessas práticas de leitura e escrita. Então, acho que o grande guarda-chuva seria a necessidade de ressignificar a escola, o grande objetivo é promover a possibilidade de ressignificação do espaço escolar.

Depois a gente tem os objetivos secundários que são: oferecer ao longo da formação dos professores condições para que se tornem autores da própria prática. A primeira coisa que a gente diz aos professores e professoras que chegam ao programa Mulheres Inspiradoras é que o programa não é receita de bolo, então a gente não espera que o professor entre em contato com as sequências didáticas, as estratégias pedagógicas que são utilizadas no projeto e meramente reproduza aquilo que está sendo feito. Não é o que o programa preconiza e busca, o que a gente busca é que o professor parta do Mulheres Inspiradoras como uma inspiração para a própria prática, é que ele compreenda alguns princípios que permeiam o projeto, como valorização do protagonismo do estudante, o professor como intelectual transformador e protagonista da própria prática, a utilização de metodologias ativas, a valorização da literatura produzida por mulheres, a busca por uma sala de aula cada vez mais horizontal, cada vez mais democrática, com muitos espaços de expressão para o estudante. Então, um objetivo secundário que aparece como um dos primeiros, dentre os secundários, é esse desejo de fortalecer a identidade docente, de fazer com que a partir do projeto Mulheres Inspiradoras o professor pense a própria trajetória, a própria vida, a professora pense a sua jornada, e faça essa reflexão sobre o quanto ela é dona da própria prática, o quanto ela é dona daquilo que ela faz.

Eu colocaria como outro objetivo secundário a questão da valorização da leitura e da escrita dentro da escola, a valorização da literatura. Eu penso que a gente pode ter toda a tecnologia *high-tech* dentro da escola, as coisas mais modernas, a gente está caminhando para isso, é uma demanda urgente, mas eu entendo que a tecnologia mais importante dentro da educação é aquela que proporciona humanização e eu não vejo, ainda não encontrei, nada mais potente para promover humanização, fortalecimento da identidade do estudante, aprendizagens significativas e processos reflexivos eu não vi nada mais potente, mais efetivo do que a literatura, a poesia, as narrativas, as biografias. Então a gente também tem como objetivo secundário levar a leitura de maneira muito mais consistente para a escola, para a sala de aula como uma prática constante do trabalho pedagógico no ensino de línguas. Outro objetivo secundário muito similar e muito próximo desse é a proposta de levar a escrita autoral. Sempre me incomodou que a escola gaste tanto tempo em cópias e desse tão pouco espaço para os

estudantes exercitarem a sua própria escrita, a sua própria autoria. Então no Mulheres Inspiradoras a gente trabalha com gêneros e tipos textuais e escrita criativa, o estímulo para que o aluno trabalhe com gêneros que permitam a ele construir sua própria autoria, para que ele seja autor daquilo que ele produz, e não mero reprodutor.

E, claro, um objetivo secundário, e que é difícil colocar como secundário porque ele atravessa tudo isso que a gente tá conversando é a questão da promoção da valorização de mulheres. Talvez esse objetivo estaria como objetivo transversal, eu acho que não dá colocar numa escala de primário e secundário, eu acho que ele atravessa tudo. É promover uma cultura de valorização de mulheres, desconstruir essa cultura machista, ajudar as meninas a pensarem possibilidades identitárias que superem essa lógica da mulher objetificada, ajudar as meninas a pensarem na potência que elas são, estimulá-las a serem protagonistas de suas próprias histórias, a não enveredarem por um caminho em que elas se colocam dentro de relações abusivas em nome de serem aceitas e se sentirem amadas, é, a partir do projeto Mulheres Inspiradoras, provocar uma reflexão sobre as pedagogias afetivas e as tecnologias de gênero que fazem com que homens e mulheres performem dentro de um determinado *script*. Então, o projeto Mulheres Inspiradoras também pretende conversar com os meninos sobre masculinidades hegemônicas adoecidas e sobre a necessidade de construir outras masculinidades que não signifiquem que os meninos devam embrutecer consigo mesmo e com o mundo. Esse objetivo, que está dentro do escopo do projeto Mulheres Inspiradoras, ele é um objetivo que está relacionado a buscar a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a partir do que é feito no chão da escola pública.

Um outro objetivo que é importante anunciar é: o programa Mulheres Inspiradoras colaborar para a promoção de um outro clima dentro da escola. Ao longo da minha trajetória profissional, eu fui percebendo que a escola é um espaço de muito tensionamento entre estudantes e professores, entre estudantes e estudantes e entre escola e comunidade. Infelizmente ainda prevalece uma lógica muito perversa de que o professor é o algoz do aluno, a escola é inimiga dos pais, os pais contestam a escola. Então, o projeto Mulheres Inspiradoras busca trabalhar com a comunidade, busca ouvir as mulheres da comunidade, registrar, documentar

e visibilizar a história dessas mulheres. A partir dessa aproximação do estudante com a história da sua mãe, da sua avó, da sua bisavó, fortalecer os vínculos familiares, mas também a partir desse processo de reverência que a escola faz à história das mães das meninas e meninos, também fortalecer a relação da escola com a comunidade”.

4) Quais foram os principais resultados observados com a execução da política pública?

Gina Vieira: “Para responder a sua pergunta vou ter que fazer uma contextualização. O programa Mulheres Inspiradoras foi criado a partir de maio de 2017 e ele foi um projeto piloto que a gente não tinha muito claro como que a gente ia realizar, mas a gente sabia que não queria que fosse um programa para a formação de multiplicadores, como eu disse, o professor, a professora é provocada a repensar sua própria prática e construir a sua autoria, o projeto Mulheres Inspiradoras é um ponto de partida para isso. A gente está agora, em dois momentos diferentes. Em 2017 eu, junto com a professora Vitória, a gente pensou o programa de ampliação, esse projeto piloto. Eu criei o desenho da formação, e a proposta, fiz a curadoria dos conteúdos com o apoio da Vitória e a gente acompanhou de maio a dezembro de 2017. Já em 2018 eu saí afastada para estudos, a professora Vitória também, quem fica à frente do programa é uma equipe formada por 4 pessoas: Bruna Lucena, Cristiane Portela, Ana Cláudia Dias e Valéria Vieira. Então, em 2017, o que eu senti: o primeiro resultado que o programa traz é esse movimento da professora repensar a prática pedagógica dela. Como a gente trabalhou, se não estou enganada, em 12 aulas e em 6 delas a gente apresentou as sequências didáticas que foram construídas para trabalhar com o projeto Mulheres Inspiradoras, e a partir dessa sequência a gente repensou junto com o professor questões relacionadas à avaliação, à metodologia, à qualidade das relações dentro da escola, a estratégia de avaliação; todas essas professoras – eu vou usar o feminino porque de fato, nos dois momentos do programa a presença feminina foi quase de 100%; em 2017 a gente tinha apenas dois professores participando, um deles acabou abandonando o programa, então eu vou usar o gênero feminino. Então, o primeiro resultado é esse: professoras que passam a refletir sobre sua prática pedagógica numa outra perspectiva, que colocam em questão essa cultura

escolar. O segundo ponto é que, como o projeto Mulheres Inspiradoras trabalha com leituras consideradas fora daquilo que o cânone valoriza; então a gente propôs a leitura de obras de mulheres negras como Carolina Maria de Jesus que era uma catadora de papel, ela era escritora, uma grande intelectual, mas o ofício que ela exercia era de trabalhadora doméstica num primeiro momento e catadora de papel. Levamos também a obra de Cristiane Sobral, uma escritora negra. Levamos a obra de uma adolescente, Anne Frank. Então são obras que comumente não seriam levadas para a escola, e quando a gente leva há um processo de identificação incrível dos estudantes, praticamente em todas as escolas que se propuseram, de fato, a trabalhar com o acervo que a gente entregou para a escola, porque o programa funciona assim: as professoras recebem formação e a escola recebe um acervo com cerca de 21 exemplares de cada obra que foi trabalhada. Então, as escolas receberam: *O diário de Anne Frank*, *Quarto de um despejo: diário de uma favelada*, *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz*, *Não vou mais lavar os pratos* e *Malala: a menina que queria ir para a escola*. O outro resultado que a gente percebe é o grande impacto da chegada dessas obras no chão da escola, quando os estudantes entram em contato com a literatura produzida por uma mulher negra o quanto isso os faz refletir sobre a própria identidade, sobre a própria história, o quanto os faz desejar afirmar sua negritude a partir de uma perspectiva positivada. Então, o primeiro resultado seria essa mudança nas professoras, o segundo resultado que eu percebo é o impacto do acervo que chega por conta de ser um acervo que normalmente não chegaria na escola. Eu também percebo que os tensionamentos que às vezes estão silenciados eles vêm à tona, então não é raro que as professoras nos contem que a partir da leitura, de um poema, de um debate, de uma roda de conversa promovida como parte do programa Mulheres Inspiradoras, os estudantes comecem a falar de situações que enfrentam em casa, situações de violência, de abuso, então há várias camadas de resultado que a gente percebe. Além disso, há uma demonstração dos estudantes em se engajarem mais, tanto meninas quanto meninos passam a se engajar mais no que a escola está propondo, e em especial em relação à escrita. Na medida em que eles entram em contato com a obra - principalmente com a obra da Cristiane Sobral, eles também sentem necessidade de serem escritores, então inspirados no texto da Cristiane muitos passam a escrever poesias”.

5) Qual é a sua percepção sobre a cobertura da mídia acerca do programa?

Gina Vieira: “Então, eu sou muito grata sim pela cobertura da mídia, porque embora a mídia tenha alguns problemas e exerça alguns papéis que a gente questiona em relação, às vezes à forma equivocada com que se divulga determinado conteúdo, eu tenho uma leitura crítica do trabalho que a mídia faz; mas no meu caso eu não tenho do que me queixar, porque a divulgação da mídia foi decisiva para que o projeto fosse visibilizado e para que mais professoras sentissem o desejo de se aproximar do programa. Então eu lembro que, por exemplo, em 2014, quando a gente conquistou o 4º Prêmio Nacional de Educação e Direitos Humanos, um jornalista chamado Edgard Matsuki do UOL ele produziu uma reportagem que tinha como título "Professora identifica *sexting*, cria projeto e ganha prêmio". Essa manchete se espalhou muito rapidamente e isso colaborou para que, mesmo professoras que não são de Brasília, professoras de outros estados, despertassem para a possibilidade de trabalhar as questões relacionadas à prevenção à violência contra a mulher em sala de aula. Hoje o projeto Mulheres Inspiradoras não está mais (apenas) em Brasília. Há muito tempo, desde 2014, que foi o primeiro ano de realização do projeto - então já são 5 anos que o projeto circula nas mídias, na escola- e desde então mais professores, além daqueles que estão em Brasília, mais professoras em outras regiões administrativas do Brasil desenvolvem o projeto. Então, eu gosto da cobertura da mídia porque tradicionalmente a mídia representa a escola como um espaço, principalmente a escola pública, como um espaço violento, um espaço sem possibilidades, um espaço abandonado, depredado, sucateado. Então muitas vezes a mídia constrói um discurso sobre a escola pública que faz com que as pessoas a desqualifiquem e com o Mulheres Inspiradoras a gente anunciou uma escola pública como um espaço de possibilidades, como potência, como força, então até hoje eu não tive nenhum problema com o que a mídia veicula, porque ela acabou colaborando para a gente ter mais visibilidade”.

6) Como ocorreu o processo para que o projeto se tornasse uma política pública e angariasse recursos financeiros para sua propagação? Houve setores, órgãos, partidos, movimentos, entidades, etc que ofereceram

apoio? Se sim, quais? Houve setores da sociedade que demonstraram resistência à ideia? Se sim, quais?

Gina Vieira: “Então, o processo ocorre da seguinte forma: em 2014 o projeto Mulheres Inspiradoras foi realizado, já nesse ano ele foi agraciado com dois prêmios (o 4º Prêmio Nacional de Educação e Direitos Humanos e o 8º Prêmio Professores do Brasil), que têm como parceiros o Ministério da Educação, a Secretaria de Políticas para Mulheres e um organismo internacional que é a OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos. Em 2015 essa OEI, em parceria com o MEC, escolhe o projeto Mulheres Inspiradoras para representar o Brasil em um prêmio internacional, e aí o projeto Mulheres Inspiradoras conquista esse prêmio em Lima, Peru, obtém o primeiro lugar e a partir daí ele fica ainda mais visibilizado e pontualmente em 2016 aconteceu um evento aqui em Brasília chamado Brasília Cidade Internacional, organizado pela assessoria internacional do governo de Brasília, em que práticas e iniciativas que começaram em Brasília e que conquistaram alguma visibilidade fora do Brasil foram apresentadas, e eu fui convidada pela assessoria do governo do Distrito Federal para fazer uma fala breve de 10 minutos e havia dentre essas pessoas um representante da CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina que tem sede na Colômbia- , o Marcelo Santos, que ficou muito interessado no projeto quando ele ouviu a minha fala, poucos dias depois ele entrou em contato comigo, ele deixou um cartão e pediu que eu enviasse alguns materiais e depois ele entrou em contato comigo e falou "Olha, eu consegui mobilizar recursos da CAF para que o projeto Mulheres Inspiradoras se torne política pública e chegue a mais escolas". Aí a gente contou com o apoio da OEI, que também entrou nessa parceria. Então em fevereiro de 2017 foi firmado um acordo de cooperação internacional, e aconteceu assim: o acordo foi firmado entre o governo de Brasília via gabinete do governador, que à época era o governador Rodrigo Rollemberg, então o convênio foi firmado com o governo de Brasília, a partir do gabinete do governador, mas pela Secretaria de Educação, e a CAF entrou com a doação dos recursos e a OEI entrou como gestora desses recursos. Então a Secretaria de Educação colocou toda a sua estrutura, a sua máquina, à disposição do programa. Eu e a professora Vitória fomos retiradas de sala de aula para organizar toda essa iniciativa e a gente foi colocada na EAPE - Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação para pensar como esse programa

aconteceria, e a gente teve toda a liberdade para pensar em tudo. Então eles colocaram à disposição cerca de 20 mil dólares e o que se faz com esses 20 mil dólares para que esse programa seja materializado. A Secretaria de Educação tinha que dar uma contrapartida equivalente a esse valor, então se a CAF doou 20 mil dólares a Secretaria de Educação tinha que doar 20 mil dólares também, o governo de Brasília, no caso. A diferença é que essa doação não seria em dinheiro, seria por exemplo, 'Ah eu vou disponibilizar duas salas na EAPE então vou contar quanto que valeria o aluguel dessas salas na EAPE no Plano Piloto na Asa Sul' . Eu e a Vitória, como eu disse, saímos de sala de aula, então o nosso salário de professora foi contado né, porque a gente estava exclusivamente por conta do programa, ou então 'Ah precisa de material para formação de professores, xerox'. Então o banco entrou como parceiro, a Secretaria de Educação colocou a máquina à disposição do programa e em 2017 a gente assinou o acordo de cooperação internacional, selecionamos 15 escolas e fizemos aquilo que a gente hoje entende como um projeto piloto, um projeto experimental. Então os parceiros foram o governo de Brasília via Secretaria de Educação em parceria com a CAF e com a OEI.

Em relação às resistências, eu não tenho nenhum registro de que tenha havido resistência de qualquer parte ao Programa Mulheres Inspiradoras”.

7) Como ocorre a seleção das escolas que pretendem participar do projeto? Existe algum requisito específico a ser cumprido?

Gina Vieira: “Olha, Paula, a gente está aí acumulando uma experiência de 3 anos em relação a como selecionar as escolas e no primeiro ano, no programa piloto em 2017, a gente lançou um edital, e havia critérios que eram os seguintes: a gente precisava que fossem enviados, dentre as escolas interessadas, no mínimo 2 professores, necessariamente uma das professoras deveria ser de Língua Portuguesa e a segunda pessoa poderia ser de qualquer componente curricular. O que a gente entendia naquele momento é que para a professora participar do programa sozinha, obter a formação sozinha, isso poderia se tornar muito complicado, porque na hora de desenvolver o projeto/o programa na escola ela poderia se sentir solitária, sozinha. Então a gente pediu uma dupla, acreditando que elas trabalhariam se apoiando. Então no edital a gente pedia isso, duas professoras ou dois professores, não tinha essa questão de gênero. A gente teve escola que

chegaram um professor e uma professora, a gente teve escola que chegaram duas professoras. Além disso, a gente colocou no edital os princípios do projeto e sugeria que quem se inscrevesse tivesse uma prática pedagógica alinhada àqueles princípios e era desejável que essas pessoas tivessem alguma formação na área de gênero. A leitura que a gente faz hoje é que o edital acabou se tornando um empecilho, porque os próprios professores e professoras nos diziam que quando eles liam o edital - que a gente pedia para entregar o currículo, todo o percurso de formação, que ele tinha que conseguir um outro colega, que ele tinha que ser do componente curricular de Língua Portuguesa- , muitos desistiram de participar do programa por causa do edital, eles diziam que o edital parecia o edital da seleção de um mestrado, alguns diziam que enfrentaram dificuldades para encontrar uma/um colega na sala de aula que quisesse desenvolver o projeto com eles. Então no ano seguinte a gente já percebeu que tínhamos que trabalhar com uma forma de seleção menos rigorosa e trabalhar com quem chegasse com vontade de desenvolver o projeto. Então desde 2018 a gente foi convidando escolas e fazendo a publicidade, a gente teve que manter o edital, claro, mas um edital muito mais simples. A gente foi acionando também aquelas professoras e aqueles professores que a gente sabia que tinham identificação com o programa, e a gente foi percebendo que uma interlocução direta funcionava mais porque, às vezes a professora tinha um desejo de se inscrever mas ela lia o edital e achava que ali tinha muitas exigências, no sentido de que 'ah eu vou ter que prestar contas se eu fiz ou não o programa e eu vou ter que fazer direito e eu não sei se eu vou conseguir, eu não conheço o que é metodologia ativa, protagonismo do estudante'. Então a gente percebeu que apenas o edital não era suficiente, ele provocava um distanciamento da professora do processo de seleção. Então a gente teve que manter o edital, por se tratar de um processo de seleção público, mas, além disso, a gente conversava com aqueles que estavam interessados no sentido de tranquilizá-los de que era um processo simples, haveria uma formação, eles seriam acompanhados e hoje a gente entende que esse formato funciona melhor”.

8) Como ocorreu o processo para que escolas municipais de Campo Grande também apresentassem o programa?

Gina Vieira: “O processo para que as escolas de Campo Grande participassem foi um processo simples. A doutora Jaqueline Machado, que é juíza na Vara de Violência contra a Mulher e trabalha na Coordenadoria da Mulher dentro do tribunal, ela assistiu um vídeo que foi produzido como parte do prêmio Claudia, do qual fui finalista, ela gostou muito do vídeo e do projeto, a assessora dela entrou em contato comigo e manifestou o desejo que o projeto chegasse às escolas municipais de Campo Grande. Eu estive lá durante o ano passado por 3 dias com mais duas pessoas da equipe, professora Bruna e professora Cristiane Portela, a gente deu formação para esses professores, uma espécie de 'intensivão', levando parte do arcabouço teórico do programa e uma oficina de pedagogia de projetos. Fizemos isso em 2018, agora em 2019 de 3 a 5 de julho a gente vai retornar para conversar com os professores que participaram da formação no ano passado e para formar novas professoras de outras escolas também para desenvolverem o projeto”.

9) Em 2014 havia uma escola (Centro de Ensino Fundamental 12 de Ceilândia) com a política em ação. Qual a quantidade de escolas que aderiram à política em cada um dos anos subsequentes?

Gina Vieira: “Em 2017, que é o primeiro ano do programa, 15 escolas aderiram. Em 2018, que foi o segundo ano do programa, mais 26 escolas aderiram. E em 2019 a gente entendeu que era o momento de não ampliar mais, mas de acompanhar essas 41 escolas para que o projeto se consolidasse nelas. Então desde 2017 a gente tem hoje no Distrito Federal 41 escolas públicas, dentre escolas de anos finais e ensino médio, compondo o programa Mulheres Inspiradoras”.

10) Houve mudanças práticas após o programa tornar-se política pública em 2018? Se sim, quais foram essas mudanças e impactos?

Gina Vieira: “Então, Paula, como eu te disse, o programa de 2018 não foi conduzido por mim. Eu estive com a equipe num momento inicial, passando a memória tanto do projeto quanto do programa de 2017, mas como eu estava afastada para estudo, o máximo que eu consegui fazer foi observar algumas formações, porque a minha dissertação de mestrado vai ser sobre a identidade docente dentro da conjuntura do programa de ampliação do Mulheres Inspiradoras. Do que eu observei, houve uma mudança no acervo, então o acervo foi ampliado,

novos títulos foram trazidos, então a gente em 2018 incorpora títulos como *Ponciá Vivência*, de Conceição Evaristo, *A mulher dos pés descalços* da Scholastique Mukasonga, *Metade cara metade máscara* da escritora indígena Eliane Potiguara, e um outro livro que eu não vou me lembrar o nome agora, que é história de uma menina paquistanesa, é uma obra de ficção. Então o que eu me recordo é que em 2018 a gente teve mudanças na ampliação do acervo, foram trazidos mais títulos e passou a haver um enfoque mais consistente na questão do texto literário, da literatura produzida por mulheres.

11) Como foi a recepção inicial e final dos alunos acerca do programa? Houve evolução no modo de enxergar assuntos como mulheres, feminino, feminismo e cultura?

Gina Vieira: “Até onde eu pude acompanhar, em relação à recepção que os estudantes fazem do programa, essa recepção é muito boa. Como eu disse, eles gostam muito das obras. Se você me perguntasse assim: ‘de tudo que o programa faz, o que causa maior impacto?’ Certamente são as obras. Aí eu tenho que destacar em especial a obra da Cristiane Sobral, Carolina Maria de Jesus e na minha experiência em 2014, o livro da Anne Frank. Essas três obras são as que mais mobilizam os estudantes. Eles se mostram muito abertos principalmente porque é um projeto que trabalha na perspectiva de garantir que a voz do estudante seja ouvida, que ele seja protagonista no processo de aprendizagem. A gente faz o tempo todo esse esforço de tirar o aluno desse lugar de expectador e de platéia do professor para colocá-lo no centro do processo pedagógico. Então eles têm uma possibilidade que soa nova para eles, de participar de uma roda de conversa, de serem ouvidos, de debater, de pensar a própria história, de se colocarem, de falar de assuntos numa perspectiva diferenciada. Mas também há resistências, a gente enfrentou resistências de meninos que já estão profundamente interpelados por essa cultura machista, então não é raro que algum aluno pergunte assim “ah professora, e quando é que você vai fazer o projeto Homens Inspiradores?”. A gente também lida com o desafio de alguns alunos resistirem à proposta de um novo fazer pedagógico, justamente porque esse estudante já está condicionado a uma escola que pede dele cópia, reprodução e repetição, e quando você tem uma proposta pedagógica que pede que ele se envolva, se mobilize e questione, isso demanda

muito mais esforço, e aí houve esse tipo de resistência também. Mas foi uma resistência mínima, que aos poucos vai sendo vencida e que faz parte do processo porque é fundamental que a gente tenha os alunos inteiros, manifestando como de fato eles estão se sentindo, para que a gente tenha a garantia de estar fazendo um projeto que tenha consistência e intencionalidade pedagógica”.

12) Houve dificuldades em todo esse processo? Quais?

Gina Vieira: “Houve muitas dificuldades em todo o processo. Acho importante falar que houve dificuldades desde a origem em 2014 quando o projeto aconteceu na escola porque ele não traz só uma temática diferente que não é tão trabalhada nas escolas ou que, pelo menos, não era há cinco anos atrás que é essa questão da valorização da mulher e o combate ao machismo, então a primeira dificuldade é a resistência ao tema que se apresentou na escola, mas para além disso, uma resistência à metodologia proposta porque foi um projeto feito numa perspectiva de, como eu disse nas outras conversas que nós tivemos, trazer um novo paradigma educacional, propor novas metodologias é...colocar em questão a cultura escolar que tá muito ancorada numa proposta pedagógica de uma educação bancária, como fala Paulo Freire de uma educação muito colonizadora que trabalha na lógica de silenciar o aluno, então a proposta do projeto trabalhou com metodologias em que os alunos atuavam em grupo, eles tinham muito espaço de fala, participação ativa e isso, como a escola é um espaço tradicional, isso gerou algum incômodo...então, se eu pudesse anunciar uma dificuldade quando o projeto surgiu em 2014, seria essa.

Outra dificuldade também foi em relação à obtenção do acervo, né, em 2014 quando eu queria que os estudantes lessem obras escritas por mulheres eu me dei conta de que aquelas obras não existiam no acervo da escola, então eu tive que fazer vários malabarismos e estratégias, né. Desde mobilizar os pais e o alunos pra contribuírem pra que a gente fizesse uma compra coletiva, cada um contribuiu com um valor simbólico e a gente comprou 30 exemplares de cada livro pra que eles pudessem ler juntos, ler uns com os outros, ler na sala de aula, ler em casa, ler em sistema de rodízio, né? Então, existe uma dificuldade de base material né, na escola...E aí a gente teve que fazer muito esforço pra superar.

Agora já na fase em que o projeto deixa de ser um projeto na escola e passa a ser um Programa de Ampliação a gente tem, pelo menos, é... Três fases diferentes, né? A criação do Programa em 2017, uma espécie de programa piloto, né, pra saber o que funcionaria nesse movimento de ampliação. Em 2018 é...a criação de uma Política Pública e em 2019 a tentativa da consolidação dessa política. Então, em cada um desses momentos eu enxergo desafios diferentes. Eu estive à frente em 2017. Em 2018 e 2019 eu acompanhei muito mais como pesquisadora, né? Com certo distanciamento e não respondendo institucionalmente.

O que eu apontaria como desafio vivido em 2017 foi justamente a dificuldade de criar um Programa onde não se havia um caminho feito antes, né? Até onde eu sei, esse movimento de um projeto ser desenvolvido em uma escola pública, no chão da escola, né? E ser alçado a um Programa é algo inédito aqui em Brasília, não tenho registro de que isso já tenha sido feito. Então, não ter um caminho, né, pré estabelecido se traduziu num desafio porque a gente recebeu os recursos e não tinha muito certeza de onde iria utilizar. Nós optamos pela compra dos livros porque, como eu disse, essa foi uma das dificuldades que a gente encontrou né, ter livros escritos por mulheres para que os alunos pudessem fazer a leitura, os estudantes pudessem fazer a leitura. Então, o desafio além de definir tudo é...num contexto de ineditismo onde a gente não sabia como fazer, né, isso, isso representa um desafio, né? Ter que abrir um novo caminho é...eu vejo que também houve uma dificuldade em relação ao tamanho da equipe. Na época, éramos apenas eu e a professora Vitória que estávamos atuando no desenvolvimento do programa, a gente tinha que acompanhar 15 escolas diferentes, além de cuidar do desenho da formação, cuidar de toda parte burocrática, fazer interlocução com a Secretaria de Educação e com os Organismos internacionais envolvidos, então havia uma demanda de trabalho descomunal, né? Havia muita coisa a ser feita com uma equipe muitíssima reduzida. A gente estava subordinado à Subsecretária de Educação, à Coordenação de Direitos Humanos, mas quem, de fato, materializava as ações e fazia o que tinha que ser feito do ponto de vista de implementar na formação, éramos nós. A gente contou com o apoio imprescindível, valiosíssimo da Vânia Costa que, à época, era assessora do Secretário Júlio Gregório, é...ela foi decisiva nessa interlocução com os Organismos internacionais, mas havia

demandas que a gente é que tinha que resolver e eu acho que uma equipe um pouco maior teria tornado o nosso trabalho menos penoso. Outro ponto em 2017 é que o acordo de cooperação internacional demorou a ser assinado, a gente só assinou o acordo em maio, a formação começou dia 22 de maio, então é..., realmente tava no adiantado do ano, os professores já tinham que realizar o projeto naquele ano, então a gente teve que oferecer uma formação em tempo recorde, num curto espaço de tempo pra que eles materializassem o projeto em suas escolas e a gente consolidasse aquele acordo de cooperação ainda no ano da vigência dele, que era 2017.

É... Em 2018, 2019, pelas interlocuções que eu tenho feito com a equipe que tá coordenando, o que prevalece ainda é essa grande dificuldade de recursos humanos, né? É... A gente continuou com uma equipe reduzida em 2018 a gente tinha 4 pessoas e aí a gente pulou de 15 pra 40 escolas, então, a gente mais que dobrou o número de escolas, mas a equipe ainda continuou reduzida pelo tamanho de demandas que havia. Em 2019, é... duas das pessoas que compunham a equipe saíram. Uma porque foi aprovada no concurso da UnB pra professora efetiva no Departamento de História, outra saiu afastada pra estudos porque foi aprovada no Mestrado pra Linguística. E não houve a recomposição da equipe. E o volume de trabalho é descomunal né, há muita coisa a ser feita. Então, é impossível fazer um trabalho de qualidade com tão poucas pessoas engajadas, disponibilizadas pra isso. E é importante dizer que o Programa original, ele foi pensado assim: a escola recebe o acervo, as professoras ou professores que se propõem participam da formação, ele desenvolve o projeto concomitante à formação que ele recebe, mas para, além disso, ele recebe acompanhamento da equipe, no sentido de dar apoio e suporte pra aquilo que ele pretende fazer na escola. E aí isso comprometeu gravemente o desenho original do Programa porque como é que uma equipe formada com duas pessoas que tem que cuidar da formação consegue acompanhar 80 professores de 40 escolas diferentes? Né, então, a gente enfrentou algumas dificuldades aí pelo caminho e tem enfrentado também”.

13) Acredita que a política pública Mulheres Inspiradoras ultimamente pode contribuir para a diminuição dos casos de violência contra a mulher?

Gina Vieira: “Certamente eu acredito que o projeto Mulheres Inspiradoras possa colaborar para a redução dos casos de violência contra a mulher. Eu acho isso sobretudo porque o projeto Mulheres Inspiradoras não é uma iniciativa isolada, no sentido que, embora ele seja o primeiro projeto que tenha recebido apoio para se tornar programa de governo, ele é parte de muitas outras ações de resistência das mulheres como o Movimento de Mulheres Negras, o Movimento de Mulheres Indígenas, de Mulheres do Campo. O projeto Mulheres Inspiradoras é tributário de todos esses movimentos sociais, eu sou muito grata às mulheres que me antecederam, que abriram caminhos para que hoje esse debate pudesse ser feito dentro da escola pública. Então eu não tenho dúvidas de que quando a gente promove um trabalho pedagógico que tem como compromisso promover transformação social, sim, a gente está colaborando para a construção de uma sociedade onde a violência contra a mulher não seja essa realidade dura com a qual a gente tem que lidar. Eu acredito sim que o projeto Mulheres Inspiradoras pode colaborar, pode ter a sua parcela de contribuição para a construção de uma sociedade em que nenhuma mulher, nenhuma menina seja violada”.

